



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Teresina/PI, 31 de Março de 2010.

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**RG – Relatório de gestão**

**IN – Instrução Normativa**

**DN – Decisão Normativa**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**CGU – Controladoria-Geral da União**

**Port. – Portaria**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

**17ªSRPRF/PI – 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ**

**SUPERINTENDENTE**  
**BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL**

**NÚCLEO APOIO JURÍDICO REGIONAL**  
**JEAN CARLO MELO DE OLIVEIRA**

**NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**SYLMARA LEITE BENTO**

**NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA**  
**DORIEDSON VIANA DOS SANTOS**

**SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**CIRO RICARDO FIGUEIREDO DE ARAÚJO**

**NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS**  
**FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES SOBRINHO**

**NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES**  
**IDERLAN DE OLIVEIRA SOUSA**

**NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA**  
**PAULO DE TARSO PASSOS FERNANDES**

**SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**  
**CARLOS FRANCISCO MAURIZ LOPES**

**NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**  
**JAHELTON SOARES DA SILVA**

**NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL**

**HÉLIO ARAÚJO SILVA**

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO**  
**SÉRGIO RICARDO BEZERRA ARAÚJO**

**NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS**  
**ANERÃO DA SILVA COUTINHO NETO**

**NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES**  
**PAULO ROBERTO PINTO VERAS**

**SEÇÃO DE CORREIÇÃO E DISCIPLINA**  
**JOABLE DE CARVALHO CHAVES**

**NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS**  
**FRANCISCO DE ASSIS CRUZ OLIVEIRA JÚNIOR**

**SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**ELIZA SANTOS DE MORAIS**

**NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**  
**EDNA MARIA CANTANHEDE FERREIRA DA COSTA**

**NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**  
**SELMA MARIA DOS SANTOS MOURA**

**NOMINATAS DE DELEGACIAS**

**DELEGACIA 17/1 (TERESINA)**  
**JOÃO FRANCÍLIO BARBOSA VIANA**

**NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**ISAÍAS CARLOS DE ARAÚJO FURTADO SEGUNDO**

**DELEGACIA 17/2 (PIRIPIRI)**  
**TARCÍSIO DA CRUZ RODRIGUES**

**NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**ROBERTO DO RÊGO MONTEIRO MELO**

**DELEGACIA 17/3 (FLORIANO)**  
**WELLINGTON BATISTA RODRIGUES**

**NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**BERNARDINO PINTO DE OLIVEIRA**

**DELEGACIA 17/4 (PICOS)**  
**GILDIWÂNIO BARROS LEAL**

**NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**BENEDITO DE SOUSA LIMA**

**DELEGACIA 17/5 (PARNAÍBA)**  
**CLEVA MARIA DA SILVA CARVALHO**

**NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**  
**FERNANDO FERRARE VAL SOUSA**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>A- CONTEÚDO GERAL</b>	<b>13</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL</b>	<b>13</b>
<b>1.1. DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA</b>	<b>13</b>
<b>1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ</b>	<b>15</b>
<b>2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>17</b>
<b>A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS:</b>	<b>17</b>
<b>I. COMPETÊNCIA</b>	<b>17</b>
<b>II. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>18</b>
<b>B) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS</b>	<b>20</b>
<b>I. ANÁLISE DO MAPA / PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA</b>	<b>20</b>
<b>II. PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>20</b>
<b>C) PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:</b>	<b>24</b>
<b>I. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E SUAS PRINCIPAIS AÇÕES</b>	<b>24</b>
<b>I.1. PROGRAMA 1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>24</b>
<b>I.1.1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA</b>	<b>24</b>
<b>I.1.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA</b>	<b>24</b>
<b>I.1.3. GESTÃO DAS AÇÕES</b>	<b>25</b>
<b>I.1.3.1. AÇÃO 1D49 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	
<b>I.1.3.2. AÇÃO 200G CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>26</b>
<b>I.1.3.3. AÇÃO 8623 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>27</b>
<b>I.1.3.4. AÇÃO 1835 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>29</b>
<b>I.1.3.5. AÇÃO 7061 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA</b>	<b>31</b>
<b>I.1.3.6. AÇÃO 8698 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>33</b>
<b>I.2. PROGRAMA 0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS</b>	<b>35</b>
<b>I.2.1. DADOS GERAIS</b>	<b>35</b>



<b>I.2.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA</b>	<b>36</b>
<b>I.2.3. GESTÃO DAS AÇÕES</b>	<b>36</b>
<b>I.2.3.1. AÇÃO 2C78 - ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>36</b>
<b>I.2.3.2. AÇÃO 2B11 - MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>40</b>
<b>I.2.3.3. AÇÃO 2524 - CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL</b>	<b>41</b>
<b>I.2.3.4. AÇÃO 2723 - POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS</b>	<b>49</b>
<b>I.2.3.5. AÇÃO 2816 - SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>56</b>
<b>I.2.3.6. AÇÃO 4290 - ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS</b>	<b>58</b>
<b>I.2.3.7. AÇÃO 4526 - OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS</b>	<b>61</b>
<b>I.2.3.8. AÇÃO 4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA</b>	<b>65</b>
<b>I.2.3.9. AÇÃO 86A1 – PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	
<b>I.2.3.10. AÇÃO 2720 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>70</b>
<b>I.2.3.11. AÇÃO 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS</b>	<b>72</b>
<b>I.2.3.12. AÇÃO 8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL</b>	<b>78</b>
<b>I.3. PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO</b>	<b>118</b>
<b>I.3.1. DADOS GERAIS</b>	<b>118</b>
<b>I.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA</b>	<b>119</b>
<b>I.3.3. GESTÃO DAS AÇÕES</b>	<b>119</b>
<b>I.3.3.1. AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE</b>	<b>119</b>
<b>I.3.3.2. AÇÃO 2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS</b>	<b>124</b>
<b>I.3.3.3. AÇÃO 2011- AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS</b>	<b>126</b>
<b>I.3.3.4. AÇÃO 2012- AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS</b>	<b>128</b>
<b>I.3.3.5. AÇÃO 09HB- CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS</b>	<b>130</b>
<b>D) DESEMPENHO OPERACIONAL</b>	<b>132</b>
<b>I. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>132</b>
<b>II. INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	<b>137</b>
<b>III. ANÁLISE DO DESEMPENHO</b>	<b>138</b>
<b>E) PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>141</b>
<b>I. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES</b>	<b>141</b>

II. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	142
III. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA	144
IV. ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORIGINÁRIA E ADICIONAL	144
V. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAS	150
1. ANÁLISE CRÍTICA DAS CONCESSÕES E RECEBIMENTO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS POR MOVIMENTAÇÃO INTERNA E EXTERNA:	150
F) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	153
I. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	153
1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	153
2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	153
3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	155
4. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	156
5. ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	157
II. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO	157
1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	157
2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	158
3. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	159
4. ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO	159
III. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO	160
1. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO	160
2. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS POR PROGRAMA DE GOVERNO	163
IV. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	167
1. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	169
G) INDICADORES INSTITUCIONAIS	169
3. RECURSOS HUMANOS	169
A) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS	169
I. COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009	170
B) DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM NO EXERCÍCIO DE 2009	171
C) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	171
D) ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	172
5. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009	173
I. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A GESTÃO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS	173

<b>6. TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>174</b>
<b>I. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DA GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO E SEUS EFEITOS NO MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>174</b>
<b>11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	<b>175</b>
<b>A) RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO</b>	<b>175</b>
<b>B) RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU</b>	<b>175</b>
<b>12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007</b>	<b>176</b>
<b>A) ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO</b>	
<b>13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008</b>	<b>177</b>
<b>14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.</b>	<b>178</b>
<b>14.1. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA</b>	<b>178</b>
<b>14.2. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL</b>	<b>179</b>
<b>14.3. OPERAÇÕES DE FUNDOS</b>	<b>180</b>
<b>14.4. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL</b>	<b>181</b>
<b>14.5. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES</b>	<b>182</b>
<b>14.6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO</b>	<b>183</b>
<b>14.7. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	<b>184</b>
<b>14.8. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS NO EXERCÍCIO DE 2009</b>	<b>185</b>
<b>14.9. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2009</b>	<b>186</b>
<b>14.10. TABELA DO CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO FÍSICA DAS INSTALAÇÕES</b>	<b>187</b>
<b>B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</b>	<b>190</b>
<b>1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL</b>	<b>190</b>
<b>2. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>192</b>

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009., que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2009, apresentado, para apreciação, pela Administração Regional da 17ª Superintendência Regional, entidade descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça.

Neste Relatório de Gestão, há menção às metas, aos resultados consolidados, bem como à destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo *0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais*, *1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo*, no exercício de 2009. Constitui o relatório instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

Gestão, Planejamento e Controle nortearam a elaboração deste Relatório de Gestão, que, organizado e sistematizado, possibilita a visualização das ações desenvolvidas pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

A implementação de contratações de novos serviços e materiais até então não adquiridos pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, como serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de rádio e torres dos postos e delegacias, serviços médico-veterinários para atender aos cães patrimonizados desta Unidade Regional, serviços de manutenção corretiva de equipamentos de informática e impressoras, serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos oficiais do tipo motocicletas, entre outras.

A 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, como entidade descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, encerra seu exercício de 2009 ao preconizar a missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e os itens 2, 3 e 4 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à**

natureza jurídica da UJ.

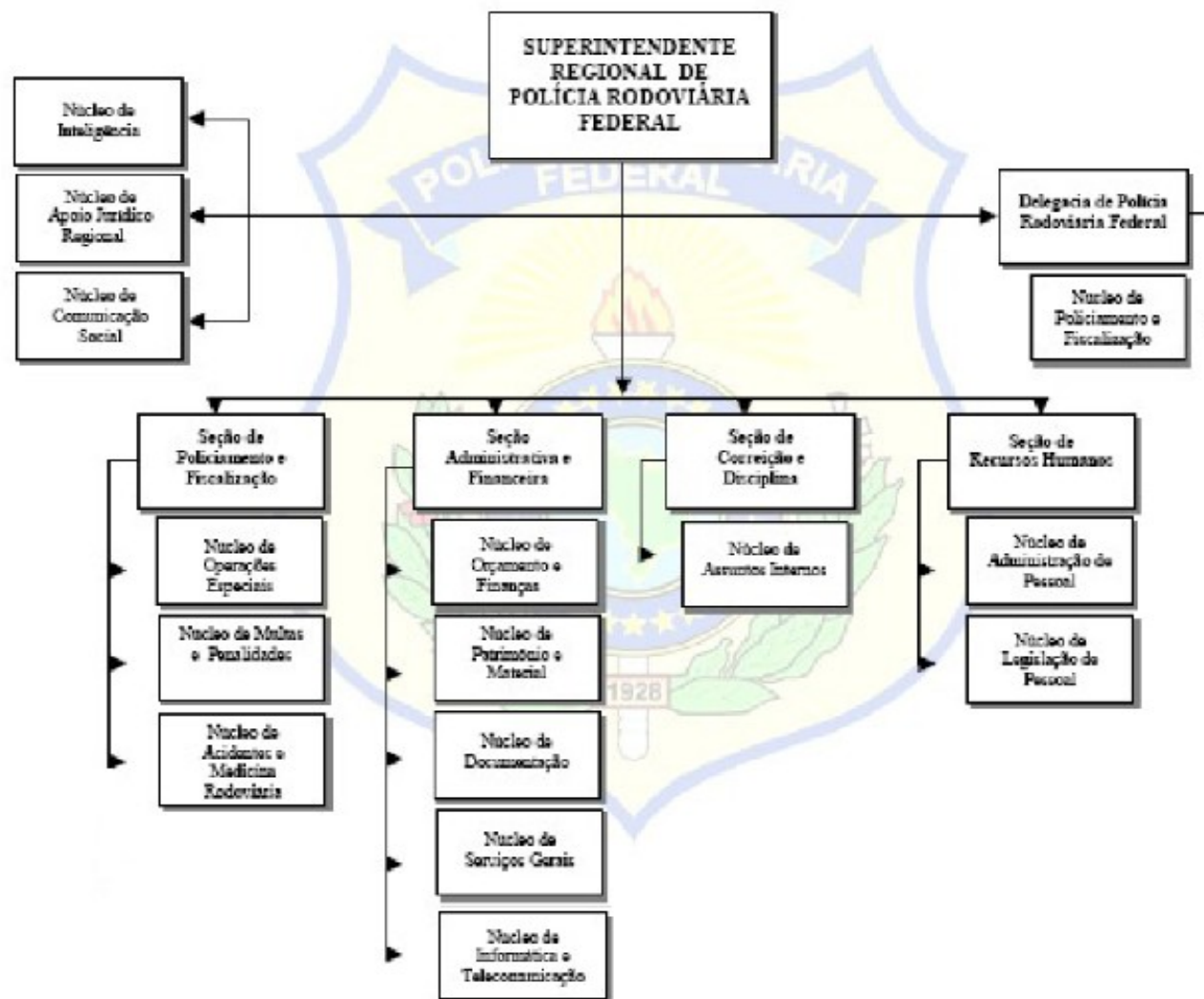
## A- CONTEÚDO GERAL

### 1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		<b>Código SIORG:</b> 002823	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ			
<b>Denominação abreviada:</b> 17ªSRPRF/PI			
<b>Código SIORG:</b> 002823	<b>Código LOA:</b>	<b>Código SIAFI:</b> 200127	
<b>Situação:</b>			
<b>Natureza Jurídica:</b> Entidade descentralizada da administração direta do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ		<b>Código CNAE:</b> NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(86)3233-1414	(86)3233-2322	(86)3232-1142
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:sup.pi@dprf.gov.br">sup.pi@dprf.gov.br</a> ; <a href="mailto:saf.pi@dprf.gov.br">saf.pi@dprf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://portalnet.sede.dprf.gov.br">http://portalnet.sede.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, Teresina-Piauí, Cep 64.045-000			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Regimento Interno disposto na Portaria nº 3.741, de 15.12.2004, publicado no DOU na mesma data, tendo por finalidade, além do disposto no parágrafo 2º do art. 144 da CF, a competência estabelecida no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro, e o disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, além da estrutura organizacional constante no art. 2º, inciso II e § 1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 a 95, todos da Portaria nº 3.741/2004.			

<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
<b>Unidades Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>

**1.2. Estrutura Organizacional da 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ**





## 2. Gestão Orçamentária

### a) Responsabilidades institucionais:

#### I. Competência

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO PIAUÍ, entidade desconcentrada da Administração Direta, órgão integrante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça, tem sua competência definida no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23.09.1997, no disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, e no Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007, apresentando a Unidade Regional as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

## II. Objetivos estratégicos

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até

reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

#### b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

##### I. Análise do Plano Estratégico da 17ª SRPRF/PI

Os principais objetivos definidos para 2009 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

##### II. Plano de Ação referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão

###### **Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias**

### **Estratégia 1:** Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

A presença da viatura na rodovia cria uma expectativa de punição nos usuários, acabando por reduzir e mesmo inibir acidentes. Para isso, deve-se alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

O cartão programa apresenta um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através dos bancos de dados da PRF, o Datatran e o DINOP, verificam-se os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, respectivamente, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

#### **Falta de efetivo:**

Com reduzido número do efetivo de policiais por posto no plantão, inclusive nos Postos de Alegrete (Posto 02 da 5ª Del. de Picos/PI) e de São João da Fronteira (Posto 02 da 2ª Del. de Piripiri/PI), devendo 01 (um) ficar no posto para atendimento ao público e de chamadas emergenciais, enquanto ao outro cabe o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que torna altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Inclusive no Regimento Interno, bem como no Manual de Rotinas Operacionais do Policial Rodoviário Federal, é proibido o deslocamento de apenas 01 policial na viatura, exceto para atender acidentes e para prestar auxílio ao usuário na rodovia. Assim, fica inviável o cartão programa nesses postos onde o efetivo é reduzido, não sendo os pontos críticos nas rodovias fiscalizados.

A extensa malha rodoviária do estado do Piauí aliada ao reduzido número de postos inviabilizam a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal ao ultrapassar os 100 km de rodovias por posto na 17ª SRPRF/PI, considerado esta distância ideal para um atendimento satisfatório ao proporcionar uma redução no tempo-resposta. O posto de Floriano (posto 1 da 3ª Del. de Floriano/PI), localizado a 248 km da cidade de Teresina/PI, encontra-se no sul do Estado e fica responsável por um trecho rodoviário de mais de 800 km a sul do Estado, tendo como estados limítrofes Maranhão, Tocantins e Bahia, ficando praticamente inviável fiscalizar toda essa extensa malha rodoviária.

#### **Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:**

A frota da 17ª SRPRF/PI é composta, em sua maioria, por veículos com mais de 02 anos de uso, tornando-se, em muitos casos, praticamente inviável a manutenção corretiva por superar em custos o valor do próprio veículo. Inclusive, em função da escassez de recurso, a manutenção preventiva praticamente não é assimilada de forma eficaz em razão da provisão orçamentária estimada em contrato próprio nesta Unidade Regional.

Cabe ressaltar que essa limitação orçamentária fora estabelecida através da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do DPRF que contemplou esta Regional na medida do possível quando de suas descentralizações em nível nacional devido aos ajustes direcionados quando das liberações do Ministério da Justiça.

#### **Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas**

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas, inclusive motociclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não

utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

Em trechos urbanos, os motociclistas, pelas curtas distâncias, não tomam as devidas precauções como uso de capacete, contribuindo de forma considerável para o aumento do número de acidentes.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes. Ainda, se faz necessária a inclusão de mais radares móveis e sinalização nos trechos urbanos, especialmente naqueles onde há elevados índices de acidentes, visando a redução dos mesmos.

#### **Estratégia 2:** Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

O efeito gerado pela utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido mostrado eficaz para diminuição de infrações de trânsito nas rodovias. Frequentes as infrações de trânsito em rodovias duplicadas, promovendo acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos, visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. Não houve até o momento aquisição dos equipamentos contadores volumétricos.

### **Reforço nas ações de combate à criminalidade**

#### **Estratégia 1:** Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2009, foram ministrados diversos cursos de capacitação do policial, como bem demonstra o resultado da Ação 2524-Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

### **Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas**

#### **Estratégias 1:** Construção, reforma e ampliação de postos de fiscalização da 17ª SRPRF/PI

A implementação da construção, reforma e ampliação das unidades desta 17ª SRPRF/PI visa prover a instituição de uma estrutura física adequada para a logística da atividade do Policial Rodoviário Federal, dando um suporte à atividade fim do servidor.

Não houve um expressivo investimento na estrutura física da Regional no exercício 2009, por ter sido priorizado em 2007.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando

os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

**Dificuldades:**

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

**Estratégia 2:** Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.

## C. Programas sob a responsabilidade da unidade

### I. Relação dos Programas e suas principais Ações

#### I. PROGRAMA 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

##### I.1.1. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

##### I.1.2. Principais Ações do Programa

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal



### I.1.3. Gestão das Ações

#### I.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

##### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Não há. Ação Centralizada
---	---------------------------

## Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

### I.1.3.2. AÇÃO:200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

### **Resultados**

No exercício de 2009, esta Ação não foi implementada por aguardar descentralização de recursos orçamentários.

#### **I.1.3.3. AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

##### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de

	sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

## Resultados

Foi realizada licitação do tipo convite, correspondendo ao Convite nº 01/2008 relativo ao processo administrativo nº 08.668.002.242/2008-61, resultando no Contrato nº 01/2009 – Contratação de empresa especializada para elaboração de levantamento técnico das condições físicas e de infraestrutura (redes elétricas, hidráulica e de dados e voz, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e o sistema de comunicação visual), com confecção dos projetos executivos de reformas ou ampliações para as unidades operacionais, sob gestão da 17ª SRPRF/PI, buscando equipá-los de infraestrutura mínima.

**8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

	Crédito Descentralizado	Realizado	%
Financeiro	R\$ 14.251,01	R\$ 14.251,01	100,00

#### I.1.3.4. AÇÃO:1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

##### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Nutel

## Resultados

Tendo em vista a frequente necessidade de comunicação ininterrupta entre os postos e delegacias para repasse de informações indispensáveis à segurança comunitária e própria da instituição de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, contratou-se, via licitação na modalidade de pregão eletrônico de n°s 08 e 10/2009, empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de sistemas e equipamentos de rádio comunicação por meio do Contrato n° 10/2009. O sistema voip está em pleno funcionamento nos postos e delegacias desta Regional, proporcionando à instituição comunicação plena e econômica. Houve instalação de servidores e rack no Núcleo de Telemática/17, proporcionando melhor desempenho da rede; instalação de antena VHF banda baixa na Delegacia de Parnaíba visando qualificar o funcionamento do rádio; instalação de toda a rede lógica das novas sedes da 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI, 4ª Delegacia na cidade de Picos/PI e da 3ª Delegacia na cidade de Floriano/PI, executando a comunicação de dados e a interligação entre os respectivos pontos. Revisão e ampliação da rede lógica da 2ª Delegacia na cidade de Piripiri/PI e 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI, bem como ampliação da rede lógica da sede da 17ª SRPRF/, especificamente no Canil, Núcleo de Administração de Pessoal, Corregedoria e Samu. Foi feito um levantamento dos principais pontos para a instalação de repetidoras no estado do Piauí para melhorar a comunicação via rádio. Elaborado projeto básico para aumento da velocidade dos links dos postos e delegacias da Regional. O sistema voip está em pleno funcionamento nos postos e delegacias desta Regional, proporcionando à instituição. Houve instalação de servidores e rack no Núcleo de Telemática/17, proporcionando melhor desempenho da rede; instalação de antena VHF banda baixa na Delegacia de Parnaíba visando qualificar o funcionamento do rádio; instalação de toda a rede lógica das novas sedes da 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI, 4ª Delegacia na cidade de Picos/PI e da 3ª Delegacia na cidade de Floriano/PI, executando a comunicação de dados e a interligação entre os respectivos pontos.

Revisão e ampliação da rede lógica da 2ª Delegacia na cidade de Piripiri/PI e 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI, bem como ampliação da rede lógica da sede da 17ª SRPRF/, especificamente no Canil, Núcleo de Administração de Pessoal, Corregedoria e Samu. Foi feito um levantamento dos principais pontos para a instalação de repetidoras no estado do Piauí para melhorar a comunicação via rádio. Elaborado projeto básico para aumento da velocidade dos links dos postos e delegacias da Regional.

1835 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 126.264,34	R\$ 126.264,34	100,00

#### **I.1.3.5. AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária**

##### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Patrimônio
Coordenador nacional da ação	HENRIQUE LIMA
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Núcleo de Patrimônio e Material

## Resultados

Aquisição de 06 (seis) veículos pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, sendo 01 (um) veículo caracterizado de marca GM/Blazer para as atividades do Gabinete e 05 (cinco) descaracterizados de marca Fiat/Palio para atender as necessidades das Seções como Corregedoria, Seção Administrativa e Financeira, Seção de Recursos Humanos e Núcleo de Inteligência.

200C – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 238.560,00	R\$ 238.560,00	100,00



### I.1.3.6. AÇÃO:8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Nutel

## Resultados

Foi realizada licitação na modalidade pregão eletrônico de nº 10/2009, constante em processo administrativo nº 08.668.003.399/2009-95, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada no serviço de manutenção de equipamentos e componentes do sistema de Telecomunicação da 17ªSRPRF/PI. A imprescindibilidade do funcionamento dos equipamentos de informática nas atividades dos policiais rodoviários federais desta 17ª SRPRF/PI motivou a adesão à Ata de Registro de Preços relativa ao Pregão Eletrônico nº 03/2009, gerenciado pela Universidade Federal do Piauí, com a execução garantida pelos Contratos de nºs 09/2009, cujo objeto trata da contratação de serviços técnicos de manutenção corretiva de equipamentos de informática (microcomputadores, monitores, notebook, no-break, etc.), na sede da 17ª SRPRF/PI e nº 09/2010, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada na manutenção corretiva de impressoras patrimoniadas na 17ª SRPRF/PI.

A contratação emergencial de serviços de comunicações de dados, através da comutação de pacotes CVP's-circuitos virtuais permanentes e frame relay, por meio dos Contratos nº 05/2009 e 10/2009, tendo como contratada a Telemar Norte Leste S/A. O sistema de comunicação de dados atinge todos os Postos e Delegacias da 17ªSRPRF/PI e sua manutenção frequente é realizada pelo órgão com reparos. A emergencialidade advinda da demora na realização da licitação nacional da Rede MPLS a ser executada pelo DPRF/MJ.

8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 482.178,35	R\$ 482.178,35	100,00

## I.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

### I.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

### **I.2.2. Principais Ações do Programa**

- 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
- 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
- 2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
- 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
- 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
- 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
- 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
- 4641 Publicidade de Utilidade Pública
- 86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
- 8703 Atividade Correicional
- 8692 Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais
- 2720 Ações de Carater Sigiloso na Área da Segurança Pública

### **I.2.3. Gestão das Ações**

#### **I.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

##### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social

Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	SRH

## Resultados

O Serviço Social, em consonância com as orientações e diretrizes emanadas da Seção de Recursos Humanos da 17ª SRPRF/PI, vem desenvolvendo as atividades previstas no PROSSERV, tendo executado no decorrer do ano de 2009 as seguintes atividades:

1. Orientação, acompanhamento e fiscalização da execução dos planos de saúde dos servidores da 17ª SPRF/PI, constando de:
  - Autorização de inscrições de servidores e dependentes nos Planos GEAP, MEDIAL Saúde e MARKIODONTO;
  - Orientações gerais acerca dos planos de saúde;
  - Divulgação, através de cartazes, folderes e panfletos a todos os servidores da sede e das cinco delegacias, sobre os planos de saúde e outras informações de interesse dos servidores ;
  - Lançamento no Sistema de Recursos Humanos/Plano de Saúde (inclusão, alteração, exclusão e consulta) dos beneficiários dos Planos de Saúde GEAP, MEDIAL e MARKIODONTO
2. Entrevista, seleção e supervisão dos estagiários do convênio da 17ª SRPRF/PI e o Centro de Integração Empresa Escola/CIEE, bem como o

acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários;

3. Acompanhamento dos servidores com problemas de alcoolismo e outras enfermidades, através de estudos de casos, visitas domiciliares e hospitalares, e, quando necessário, providenciando internação em clínicas especializadas;

4. Ajuda aos servidores em busca de clínicas e profissionais para tratamento de saúde, principalmente aos servidores residentes no interior do Estado, quando solicitado;

5. Acompanhamento e controle dos atestados médicos dos servidores desta regional junto à Junta Médica da Polícia Federal e Junta Médica Nacional/DPRF, responsáveis pela homologação dos referidos atestados;

6. Visitas domiciliares aos servidores e seus familiares para prestar apoio psico-social nos casos fortuitos.

7. Orientação e encaminhamento dos servidores filiados à Casa do Inspetor visando a garantia de seus direitos com relação aos benefícios concedidos pela UPRB.

#### **DADOS ESTATISTICOS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>Nº de ATENDIMENTO</b>
Visitas Domiciliares e Hospitalares	40
Acompanhamento Psico –Social	3
Entrevistas	50
Encaminhamento Atestado Médico	280
Encaminhamento Junta Médica/Processo(IR, remoção e aposentadoria).	10
Atestados Médicos	150
Acompanhamento estagiários	30

Análise de processos	35
----------------------	----

2C78 – ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal NO ESTADO DO PIAUÍ			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
Financeiro	R\$ 3.148,51	R\$ 3.148,51	100%

### **I.2.3.2. AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal**

#### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias



	mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Nutel

## Resultados

Não foram adquiridos por esta 17ª SRPRF/PI equipamentos de contagem volumétrica de trânsito no ano de 2009. O equipamento do radar intimida os condutores no sentido de adequar a velocidade à regulamentada na rodovia. De instalação móvel, o sistema de radar eletrônico atingiu no exercício de 2009 várias localidades no Estado (Municípios de Teresina, Parnaíba, Buriti dos Lopes, Carnaúbas do Piauí e Altos), permanecendo ativo na quase totalidade dos meses de 2009, exceto os de abril e maio (períodos de aferição do radar móvel), junho (atualização do software), setembro (modo teste). Instalado o sistema de monitoramento nos postos da BR 343, Km 12 (cidade de Teresina/PI), BR 343, Km 192 (cidade de Piripiri/PI), BR 230, Km 309 (cidade de Floriano/PI), BR 316, Km 292 (cidade de Picos/PI), BR 343, Km 33 (cidade de Parnaíba/PI), de forma a efetuar um maior e adequado controle nas atividades do Policial Rodoviário Federal, bem como proporciona segurança quando do atendimento ao público. Entretanto, ainda há 05 (cinco) postos PRF sem disporem desse sistema de monitoramento.

### 1.2.3.3. AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
------	---------

Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat

Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	NUCAP

## Resultados

Atualmente, a 17ª SRPRF/PI apresenta em seu quadro funcional 50 (cinquenta) servidores na área meio e 191 (cento e noventa e um) na fim. Entretanto, esta entidade tem como missão organizacional o salvamento de vidas, a fiscalização de trânsito, o patrulhamento das rodovias federais, a educação de trânsito e ainda no contexto da segurança pública, portanto de competência no combate à criminalidade e no policiamento ostensivo.

É importante que, diante de tantas atribuições, haja um aumento nos quadros de servidores, aliado à qualificação do efetivo, o que nos força a capacitar os servidores e qualificá-los de forma a proporcionar um adequado atendimento ao cidadão com a redução do tempo resposta.

### RELAÇÃO DOS CURSOS DE 2009 – 17ª SRPRF/PI / DPRF

#### 1. MÓDULO III – PAP MANUSEIO DO EDA E FISCALIZAÇÃO: EMBRIAGUEZ.

TERESINA/PI - 09 à 13/02

- 53 POLICIAIS RODOVIÁIOS FEDERAIS

#### 2. CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO TRÂNSITO – MÓDULO LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO.

FLORIANO/PI

- 3 POLICIAIS RODOVIÁIOS FEDERAIS

#### 3.APOIO DE SAÚDE AO CURSO DE FORMÇÃO PROFISSIONAL DA PRF.

CUIABÁ/MT - 15 à 22/03

- 1 POLICIAL RODOVIÁRIO

#### 4. CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL/2009

CUIABÁ/MT - 10/03 a 19/03 e 13/03 a 11/04

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

#### 5. APOIO DE SAÚDE AO CURSO DE FORMÇÃO PROFISSIONAL DA PRF.

BELÉM/PA

- ROMMEL VASCONCELOS VIANA – 24 a 31/05
- MARCOS A BASÍLIO DA S ROCHA – 17 a 24/05
- RAIMUNDO GERSON BEZERRA DOS SANTOS – 26/04 a 03/05

#### 6.CURSO DE FORMÇÃO PROFISSIONAL/2009.

CUIABÁ/MT e BELÉM/PA

- 1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL 04 a 05/06
- 2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS 11/04 a 26/04

#### 7.APOIO DE SAÚDE AO CRUSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA PRF.

CUIABÁ/MT – 26/03 a 12/04  
e MARITUBA/PA – 26/04 a 03/05

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

#### 8.CURSO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DO CORPO DE VOLUNTÁRIOS DE EMERGÊNCIA – CVE.

TERESINA/PI 01 a 10/06

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

9.CURSO PILOTO DE FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTA SOCORRISTA DO SAMU.

SÃO PAULO/SP – 03 a 07/08

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

10. WORKSHOP DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

CUIABÁ/MT – 22 a 28/07

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

11. CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PARA O USO DO ESPARGIDOR DE PIMENTA.

BRASÍLIA/DF - 12/08

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

12.CURSO DE REDAÇÃO OFICIAL

TERESINA/PI - 04,06,11,13,18,20,25 E 27/08/2009

•26 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

•4 OUTROS

13.CURSO BÁSICO DE PROCEDIMENTOS DE INTELIGÊNCIA.

PARAÍBA/PB – 10 a 31/08

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

14. CURSO DE MULTIPLICADORES EM SEGURANÇA POLICIAL PARA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES.

BRASÍLIA/DF - 13 a 14/08

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

15. VIII CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ACIDENTES E MEDICINA DE TRÁFEGO.

BELO HORIZONTE/MG - 03 a 05/09

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

16. CURSO NACIONAL DE MULTIPLICADOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA (CNMPC).

TERESINA/PI - 26 a 30/10

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

17. III CURSO DE GUIAS DE CÃES FAREJADORES DE DROGAS DO DPRF

FORTALEZA/CE - 09/09 a 09/10

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

18. WORKSHOP “POLICIAMENTO EM CAMPO E TESTES PARA AVALIAÇÃO DE MOTORISTAS SOB EFEITO DE ÁCOOL C/OU DROGAS.”

SÃO PAULO/SP - 09 a 12/09

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

19.TPCC

PORTO ALEGRE/RS – 21/09 a 07/10

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

20.GRUPO FOCAL PARA CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL.

BASÍLIA-DF – 21/09 a 25/09

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

21.CURSO DE ESPARGIDOR DE OC

TERESINA/PI E PARNAÍBA/PI – 08, 09 e 28/11

•51 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

•1 OUTRO

22. CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL/2009.2

FORTALEZA/CE – 13/10 a 25/10

•1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

23. CURSO NACIONAL DE PROMOTOR DE POLICIA COMUNITÁRIA.

TERESINA/PI – 26 a 30/10

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

24. CURSO DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA GESTORES.

CACHOEIRA PAULISA/SP – 13, 25/10 e 08, 21/11

•7 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

25. CURSO AVANÇADO DE LEVANTAMENTO LOCAL DE ACIDENTES.

CACHOEIRA PAULISA/SP – 09/11 a 20/11

•2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

26. CURSO BÁSICO DE TÉCNICAS OPERACIONAIS DE SEGURANÇA.

TERESINA/PI–23 a 27/11

•15 OUTROS

27. CURSO DE MOTOLÂNCIAS DO SAMU.

TERESINA/PI – 23 a 28/11

▪17 OUTROS

28. CURSO DE ESPARGIDOR DE OC

PICOS/PI – 07/12 e FLORIANO - 18/12

•15 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

•1 OUTROS



## 29.CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM LEVANTAMENTO DE LOCAL DE ACIDENTES

TERESINA/PI – 02 e 21/12  
PIRIPIRI/PI – 10/12  
PARNAÍBA/PI – 11/12  
FLORIANO/PI – 16/12

### •152 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

2524 – CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO DIARIAS	R\$ 57.188,25	R\$ 57.188,25	100,00
FINANCEIRO PASSAGENS	R\$ 31.520,35	R\$ 31.520,35	100,00

### I.2.3.4. AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as

	<p>ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p>
	<p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
<p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</p>	<p>DPRF</p>
<p>Unidades executoras</p>	<p>DPRF e Unidades Regionais</p>
<p>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</p>	<p>Coordenação Geral de Operações</p>
<p>Coordenador nacional da ação</p>	<p>Coraci Ricardo Fernandes Vieira</p>

Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	SPF
---	-----

## Resultados

As Operações, no decorrer do ano de 2009, desenvolveram-se seguindo o calendário determinado pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, assim como, o calendário de eventos locais.

Essas operações foram realizadas no sentido de proporcionar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas, devido ao aumento significativo do fluxo de veículos em determinadas regiões do estado por motivo de feriados prolongados, festas regionais, eventos públicos, reforços policiais por solicitação das delegacias regionais ou solicitações de outros órgão públicos, dentre outros.

Com isso, seguem relacionadas as atividades desenvolvidas por esta regional no ano 2009.

1. O.M 01/2009/SPF – OPERAÇÃO ANO NOVO – FASE 2  
PERÍODO: 01 a 05 de janeiro de 2009.
2. O.M 02/2009/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS – FASE 1  
PERÍODO: 01 de janeiro a 25 de fevereiro de 2009.
3. O.M 03/2009/SPF – OPERAÇÃO FESTIVAL DA UVA 2009  
PERÍODO: 28 de janeiro a 02 de fevereiro de 2009.
4. O.M 04/2009/SPF – OPERAÇÃO REFORÇO SUL  
PERÍODO: 22 a 23 de janeiro de 2009.
5. O.M 05/2009/SPF – OPERAÇÃO FORÇA CONJUNTA  
PERÍODO: 03 a 04 de fevereiro de 2009.
6. O.M 06/2009/SPF – OPERAÇÃO CARNAVAL SUL 2009  
PERÍODO: 20 a 25 de fevereiro de 2009.

7. O.M 07/2009/SPF – OPERAÇÃO CARNAVAL NO LITORAL  
PERÍODO: 20 a 25 de fevereiro de 2009.
8. O.M 08/2009/SPF – OPERAÇÃO INTEGRADA QUARESMA – COMEN 2009  
PERÍODO: 17 a 21 de março de 2009.
9. O.M 09/2009/SPF – XXII COMANDO DE SAÚDE NAS RODOVIAS  
PERÍODO: 17 a 19 de março de 2009.
10. O.M 10/2009/SPF – OPERAÇÃO SEMANA SANTA  
PERÍODO: 09 a 12 de março de 2009.
11. O.M 11/2009/SPF – OPERAÇÃO TIRADENTES 2009  
PERÍODO: 18 a 21 de abril de 2009.
12. O.M 12/2009/SPF – OPERAÇÃO REFORÇO METROPOLITANO-SUL  
PERÍODO: 18 a 21 de abril de 2009.
13. O.M 13/2009/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS – FASE 2  
PERÍODO: 03 de março a 29 de abril de 2009.
14. O.M 14/2009/SPF – OPERAÇÃO DIA DO TRABALHO 2009  
PERÍODO: 30 de abril a 03 de maio de 2009.
15. O.M 15/2009/SPF – OPERAÇÃO REFORÇO SUL II  
PERÍODO: 25 a 29 de maio de 2009.
16. O.M 16/2009/SPF – OPERAÇÃO PIRANGI  
PERÍODO: 29 a maio a 05 de junho de 2009.
17. O.M 17/2009/SPF – OPERAÇÃO CORPUS CHRIST  
PERÍODO: 25 a 29 de junho de 2009.

18. O.M 18/2009/SPF – OPERAÇÃO FESTIVAL DE INVERNO  
PERÍODO: 28 de junho a 04 de julho de 2009.
19. O.M 19/2009/SPF – OPERAÇÃO BOM JESUS  
PERÍODO: 25 a 29 de junho de 2009.
20. O.M 20/2009/SPF – OPERAÇÃO SÃO RAIMUNDO NONATO  
PERÍODO: 30 de junho a 09 de julho de 2009.
21. O.M 21/2009/SPF – OPERAÇÃO PIRIFOLIA 2009  
PERÍODO: 10 a 12 de julho de 2009.
22. O.M 22/2009/SPF – OPERAÇÃO FÉRIAS NO LITORAL – FASE 1  
PERÍODO: 17 de julho a 02 de agosto de 2009.
23. O.M 23/2009/SPF – OPERAÇÃO FÉRIAS NO LITORAL – FASE 2  
PERÍODO: 20 a 27 de julho de 2009.
24. O.M 24/2009/SPF – OPERAÇÃO TEMÁTICA ANTT  
PERÍODO: 16 a 20 de setembro de 2009.
25. O.M 25/2009/SPF – OPERAÇÃO APARECIDA  
PERÍODO: 08 a 13 de outubro de 2009.
26. O.M 26/2009/SPF – OPERAÇÃO DIA DO PIAUÍ 2009  
PERÍODO: 16 a 19 de outubro de 2009.
27. O.M 27/2009/SPF – OPERAÇÃO DIA SERVIDOR PÚBLICO E DO COMERCIÁRIO  
PERÍODO: 23 a 27 de outubro de 2009.
28. O.M 28/2009/SPF – OPERAÇÃO FINADOS  
PERÍODO: 29 de outubro a 03 de novembro de 2009.

29. O.M 29/2009/SPF – OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO – FASE1  
PERÍODO: 19 de outubro a 22 de novembro de 2009.
30. O.M 30/2009/SPF – OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO – FASE2  
PERÍODO: 29 de novembro a 07 de dezembro de 2009.
31. O.M 31/2009/SPF – OPERAÇÃO SANTA LUZIA  
PERÍODO: 11 a 14 de dezembro de 2009.
32. O.M 32/2009/SPF – OPERAÇÃO REFORÇO SUL III  
PERÍODO: 16 a 18 de dezembro de 2009.
33. O.M 33/2009/SPF – OPERAÇÃO FIM DE ANO 2009  
PERÍODO: 26 a 31 de dezembro de 2009.

## ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ESTABELECIDAS

Um dos objetivos principais da Polícia Rodoviária Federal é a segurança no trânsito, visando a redução do número de acidentes e vítimas, assim como o combate a criminalidade no âmbito das rodovias e estradas federais, e esse objetivo nos norteou durante o ano de 2009 no que diz respeito ao planejamento, organização e controle das operações.

A densidade demográfica e o número de veículos que passaram a circular nas rodovias tem aumentado substancialmente, somado com as boas condições de pavimentação e sinalização das rodovias federais que cruzam o Estado do Piauí, despertando um excesso de confiança por parte dos condutores fazendo com que os mesmos excedam à velocidade máxima permitida para via em determinados locais. Estes foram fatores que motivaram esta regional a atuar no limite de sua capacidade operacional, visando desenvolver ações mais efetivas na prevenção de acidentes, bem como na intensificação da fiscalização e no combate à criminalidade. Dentre as ações implementadas citamos a atualização constante do mapeamento dos pontos e segmentos críticos nas rodovias sob circunscrição da PRF no estado, identificando os tipos de acidentes mais freqüentes e realizando ações de

caráter preventivo, educativo, ostensivo e repressivo nestes locais. A implantação do Cartão Programa de Policiamento Ostensivo, o qual visa a presença constante da polícia em locais e horários previamente programados, visando a redução nos índices de acidentes e criminalidade. E a intensificação de fiscalização por meio de equipamento eletrônico medidor de velocidade (radar) no sentido de reprimir o excesso de velocidade.

Durante o ano de 2009, foram desenvolvidas várias operações na área de trânsito e criminalidade, porém não foi possível reduzir o número de acidentes e de vítimas, o que em muitos casos, foram resultado da imprudência e falta de atenção dos condutores. Assim, tomaremos esses dados como base para realização de novas ações relativas ao trânsito para o ano de 2010.

#### RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA REGIONAL:

<b>DEMONSTRATIVO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO</b>			
<b>VEÍCULOS:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Acidentes	2011	2193	9,05%
Mortos	166	212	27,71%
Feridos	1378	1537	11,54%

<b>DEMONSTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO</b>			
<b>FISCALIZAÇÃO:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Autuações	27080	41791	54,32%
CNH recolhidas	428	915	113,79%
Veículos fiscalizados	149478	161309	7,91%
Veículos retidos	5498	7523	36,83%
Documentos retidos	823	3259	295,99%

<b>ESCOLTA:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Escolta/Batedor (carga, desfiles, ...)	19	19	0,00%
<b>RECOLHIMENTO DE ANIMAIS</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Animais Recolhidos	415	1133	173,01%
<b>AUXÍLIOS:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Auxílio a usuários nas rodovias	1146	1252	9,25%
<b>EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Quantidade de Palestras	22	32	45,45%

<b>2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS</b>			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 890.924,39	R\$ 890.924,39	100,00

### **I.2.3.5. AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal**

#### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais



	da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	NUINT

## Resultados

O Núcleo de Inteligência da 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal vem trabalhando para que os resultados das ações desenvolvidas pela regional sejam satisfatórios, realizando operações visando o dado negado para subsidiar o planejamento de operações ostensivas.

2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 28.620,77	R\$ 28.620,77	100,00

### I.2.3.6. AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro

Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	SRH

## Resultados

O projeto RODOVIDA, encampado pela DISAS/DPRF e iniciado em Marco/2004, prevê a instalação de uma unidade de suporte básico de vida terrestre em cada posto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, uma unidade de suporte avançado de vida terrestre em cada delegacia e uma unidade de suporte avançado de vida aéreo em cada superintendência e/ou distrito, aí entendidos como unidade terrestre o conjunto base + equipe + ambulância e unidade aérea o conjunto base + equipe + aeronave.

O referido projeto estipula ainda, a disponibilização de um kit de aparelhos para a realização de Comandos de Saúde em cada delegacia, entendido como kit o conjunto raizamed + oxímetro + tensiômetro + mensurador de gordura corporal por bioimpedância + balança antropométrica + mensurador de glicose/triglicerídeos/colesterol + fita métrica.

O supracitado projeto prevê ainda envolvimento das respectivas unidades com as seguintes atividades de saúde nas rodovias, a saber:

I - Atendimento pré-hospitalar e resgate;

II - Transporte inter-hospitalar;

III - Transporte de órgãos;

IV - Apoio de saúde a unidades e operações do DPRF;

V - Apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

VI - Comandos de saúde preventivos;

VII – Atividades de medicina do tráfego;

VIII-Investigação clínica relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores de veículos;

IX – Auxílio na investigação de acidentes de trânsito;

X – Confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes;

XI-Acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

XII–Proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas.

No caso da 17ª SRPRF/PI contamos atualmente com cinco unidades de suporte básico de vida terrestres equipadas situadas na BR 343 - KM 35 (Parnaíba/PI), BR 343 - KM 192 (Piripiri/PI), BR 343 - KM 587 (Floriano/PI) e BR 316 - KM 12 (Teresina/PI), sendo duas conveniadas e reguladas, a exemplo dos convênios com os SAMUs de Parnaíba/PI e Floriano/PI.

As atividades de saúde promovidas na 17ªSRPRF/PI são executadas de forma prioritária por 22 servidores lotados nesta Regional, dispendo de 04 ambulâncias, atuando diuturnamente.

Com o aumento da frota, a demanda tem crescido, apesar da abrangência dessas atividades específicas de saúde nas 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI, 3ª Delegacia na cidade de Floriano/PI, 4ª Delegacia na cidade de Picos/PI e 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI no âmbito da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

O convênio Samu-PRF nas delegacias de Parnaíba e Floriano tem proporcionando atendimento pré-hospitalar adequado e indispensável à vida dos usuários, bem como dos envolvidos em acidente.

As atividades de saúde implementadas por esta Regional encontram-se discriminadas a seguir:

ATIVIDADES DE SAÚDE	QUANTIDADE
Atendimento pré-hospitalar e resgate a vítimas de acidentes	209
Transporte inter-hospitalar	899
Transporte de órgãos	0
Auxílio a Doente	646
Apoio de saúde a unidades e operações do DPRF	5
Apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos	4
Comandos de saúde preventivos	5 com 279 condutores examinados
Investigação clínica relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores de veículos	68
Auxilio na investigação de acidentes de trânsito	570
Confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes	13
Acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas	0

Proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas	Aquisição de cerca de R\$ 7.500,00 em material de consumo
Representação da 17ª SRPRF/PI junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Defesa Civil; CETRAN; Sec. Estadual e Municipais de Saúde e outros órgãos e instituições regionais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas	6
Subsidiamento do Superintendente 17ª SR-PRF/PI e Chefe da Seção de Policiamento na prática de atos de sua competência, relativos a essa área específica, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação	14

4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIO	R\$ 11.139,73	R\$ 11.139,73	100,00

### I.2.3.7. AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de

	passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	NOE

## Resultados

Na área de criminalidade foram obtidos bons resultados, fruto de planejamento, qualificação profissional, uso de tecnologia e estudos de inteligência.

Buscamos também uma melhor qualificação e treinamento do nosso efetivo para a fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos, do Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros, treinamento em informática para utilizarmos plenamente as ferramentas disponibilizadas pela internet e a ampliação do número de policiais treinados para o trabalho com cães farejadores e no combate ao narcotráfico.

RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA REGIONAL:

<b>DEMONSTRATIVO DE CRIMINALIDADE</b>			
<b>VEÍCULOS:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Recuperados (produto ilícito)	47	67	42,55%
Retidos/Removidos (para regularização)	5498	7523	36,83%
<b>ARMAS APREENDIDAS:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Branca	2	7	250,00%
De fogo	14	29	107,14%
<b>DROGAS:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Maconha (kg)	345,35	66,83	-80,65%
Cocaína (kg)	36,20	1,91	-94,72%
Crack (kg)	25,35	2,41	-90,49%
Lança Perfume (unid.)	0	1	100,00%
<b>CRIMES AMBIENTAIS:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Animais Silvestres (unid.)	253	100	-60,47%
Madeira (m <sup>3</sup> )	2700	2048	-24,15%
Carvão (m <sup>3</sup> )	296	41	-86,15%
<b>PESSOAS DETIDAS:</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Flagrante (sem necessidade de lavratura)	330	540	63,64%

Ato infracional (menores)	9	23	155,56%
---------------------------	---	----	---------

<b>4526 – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS</b>			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
Financeiro	R\$ 19.551,46	R\$ 19.551,46	100,00

### **I.2.3.8. AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública**

#### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais



Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## Resultados

Durante o ano de 2009, foram realizadas várias campanhas educativas nos dias que antecederam os feriados prolongados. Distribuídos folders com mensagens de orientações dos procedimentos no trânsito, em especial, sobre a lei seca.

A finalidade dos comandos era orientar a população sobre os perigos no trânsito. Não houve gastos tendo em vista que o material distribuído fora adquirido pela Assessoria de Comunicação Social (ACS) ou através dos órgãos parceiros como o DETRAN/PI, SEST/SENAT, STRANS, SETRANS e outros. Também não houve nenhum gasto com mídia. Tudo foi informado espontaneamente sem qualquer ônus para a 17ª SRPRF/PI, por ter a imprensa a função de informar.

### I.2.3.9. AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.

Descrição	<p>A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como:</p> <p>locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	NMP

--	--

## Resultados

O Núcleo de Multas e Penalidades/17 teve como ações principais no ano 2009 a orientação, controle e execução das atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito. A autuação e cadastro de processos de defesa de autuação, ressarcimento e cancelamento de infrações.

Coube ao Núcleo a distribuição, às unidades da Superintendência, das normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito, ao perfeito preenchimento do auto de infração e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades. Também o controle e cadastro dos talões de autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados.

O gerenciamento dos processos de cancelamento de multas, elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, para apoio ao Superintendente, assim como prestar apoio técnico à Comissão Administrativa de Defesa de Autuação - CADA, e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, na autuação e cadastro dos processos, bem como o lançamento de resultados dos pareceres.

No atendimento ao público, o NMP teve o papel de fornecer informações diversas sobre infrações, como o fornecimento de consultas nada consta, emissão de boletos e cópias de autos de infrações.

Em relação à estrutura física e pessoal no ano 2009, o NMP manteve-se estável. São duas salas de trabalho com quatro ocupantes, com equipamentos suficientes, sendo renovado apenas os monitores dos computadores. Na área operacional, houve a implementação de nova tecnologia para a autuação, com o funcionamento de equipamento portátil para consultas de veículos e lavratura de auto de infração (EDA), havendo treinamento prático de uso para todos os agentes da Regional.

Em nível nacional, o chefe do NMP participou de encontro com a Divisão de Multas e Penalidades/DPRF, para atualização e aprimoramento dos conhecimentos e procedimentos da área.

Confecção de quadro quantitativo de autuações para subsidiar o Superintendente, referente ao CTB e ANTT:

**17ª SRPRF/PIAUI**

**QUANTITATIVO DE MULTAS/ANTT – ANO 2009**

**NMP/PI**

<b>TRANSPORTE DE PASSAGEIROS</b>
<b>TOTAL = 743</b>
<b>TRANSPORTE DE CARGAS/RNTRC</b>
<b>TOTAL = 337</b>
<b>TOTAL GERAL = 1.080</b>

**QUANTITATIVO DE MULTAS/CTB – ANO 2009**

<b>RADAR</b>
<b>JANEIRO = 1.479</b>
<b>FEVEREIRO = 1.366</b>
<b>MARÇO = 2.317</b>
<b>ABRIL = 00</b>
<b>MAIO = 00</b>
<b>JUNHO = 00</b>
<b>JULHO = 1672</b>
<b>AGOSTO = 148</b>
<b>SETEMBRO = 00</b>
<b>OUTUBRO = 00</b>
<b>NOVEMBRO = 375</b>
<b>DEZEMBRO = 891</b>

**TOTAL = 8.248**

<b>TOTAL AUTOS EXTRAÍDOS CTB - GERAL</b>
<b>JANEIRO = 3.945</b>
<b>FEVEREIRO = 4.486</b>
<b>MARÇO = 4.043</b>
<b>ABRIL = 3.810</b>
<b>MAIO = 3.532</b>
<b>JUNHO = 1.572</b>
<b>JULHO = 4.105</b>
<b>AGOSTO = 3.337</b>
<b>SETEMBRO = 3.375</b>
<b>OUTUBRO = 4.487</b>
<b>NOVEMBRO = 3871</b>
<b>DEZEMBRO = 4407</b>
<b>TOTAL = 44.970</b>

**I.2.3.10. AÇÃO:2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública**

**Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COINT
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	NUINT

## Resultados

Durante o ano de 2009, o NUINT/PI desenvolveu atividades nas áreas de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil onde participaram 09 (nove) PRF's da área de inteligência e colaboradores, levantando os locais propícios a essa exploração, visando a ação ostensiva (Ordem de Missão nº 0006 e 0011/2009/NUINT/17); no levantamento das condições de nossas rodovias, onde participaram 05 (cinco) PRFs, tendo como resultado uma radiografia das condições gerais das rodovias federais que cortam o Estado do Piauí (Ordem de Missão nº 0004/2009/NUINT/17); no combate aos assaltos a cargas, um mal que assola nossas rodovias. Nesse trabalho utilizamos 02 (dois) PRF's (Ordem de Missão nº 0017/2009/NUINT/17), onde seu resultado está sendo conseguido aos poucos, visto que é um trabalho que em sua maioria se torna mais extenso que os demais; desenvolvemos atividade de identificação de indivíduos envolvidos em rachas (pegas) (Ordens de Missão nº 0002/2009/NUINT/17); levantamento sobre rotas do

tráfico de drogas que chegam ao Estado do Piauí, principalmente na microrregião de Picos/PI (Ordens de Missão nº 0003 e 0007/2009/NUINT/PI); trabalho de combate ao transporte irregular de passageiros, que na sua maioria, põe em risco a vida de seus usuários (Ordem de Missão nº 0009/2009/NUINT/PI); levantamento da utilização por parte de caminhoneiros de DOFs falsificados – A continuar (Ordem de Missão nº 0010/2009/NUINT/PI); Identificação de estelionatário agindo na BR 316 – preso em flagrante (Ordem de Missão nº 0018/2009/NUINT/PI) e feita a segurança do Senhor Superintendente Regional (Ordens de Missão nº 0012, 0013 e 0014/2009/NUINT/PI).

Além dos trabalhos acima citados, subsidiamos todos os chefes de Delegacias da PRF e da Seção de Policiamento e Fiscalização da 17ª SRPRF/PI com informações de caráter mais urgentes, bem como ao senhor superintendente regional. Ainda foram feitos vários trabalhos, localizados, visando à segurança orgânica desta regional.

Para o desenvolvimento dessas ações, utilizamos de equipamentos e meios técnicos necessários e disponíveis pelo Núcleo e pela Coordenação de inteligência como veículos, filmadoras, câmeras fotográficas, computadores, sistemas de internet dentre muitos outros.

### **I.2.3.11. AÇÃO: 8692- Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais**

#### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	NUCAP

## Resultados

Foram efetuados no decorrer do ano palestras de Educação para o Trânsito nas escolas próximas às rodovias sob nossa circunscrição, principalmente nos trechos com maiores índices de atropelamentos, bem como em empresas de transporte de passageiros e cargas, tendo como público alvo motoristas profissionais e motociclistas repassando informações e orientações sobre segurança no trânsito.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO REALIZADAS PELA REGIONAL:



<b>MÊS</b>	<b>TEMA</b>	<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>QUANTIDADE ENVOLVIDOS</b>
abril	Prevenção de acidentes no trânsito	Palestra	Funcionários da Empresa AmBev- Companhia de Bebidas nas Américas.	200
maio	Programa de Aperfeiçoamento de Motoristas	Palestra	Motoristas de ônibus.	20
março	Pilotagem defensiva	Palestra	soldados do exército.	80
abril	Como fazer um trânsito seguro	Palestra	Estudantes e servidores da instituição.200	200
maio	Os Perigos do Trânsito	Palestra	Professores, alunos e funcionários da Faculdade.	100
maio	Os Perigos do Trânsito	Palestra	Alunos, professores e funcionários da Faculdade.	100
maio	trânsito	Palestra	Alunos da rede pública de ensino. de 7ª e 8ª série.	90
maio	trânsito	Palestra	Alunos da rede pública de ensino. de 7ª e 8ª série.	97
junho	Regras de Circulação e Influenza A-H1N1	Palestra	Motoristas e passageiros de veículos.	150

junho	Cidadania e Dignidade no Trânsito	Comando Educativo	ALUNOS DO EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	75
julho	Direção Defensiva	Palestra	Motoristas e empregados da instituição.	90
agosto	Trânsito em Debate- mobilizando a população	Palestra	Profissionais da área de trânsito, representantes de associações comunitárias e profissionais da ESF.	50
agosto	O trabalho da PRF frente aos acidentes de trânsito	Outros	Colaboradores da Empresa	50
setembro	Campanha de Prevenção de Acidentes	Outros	motoristas, ciclista e Motociclistas que circulavam pelo local.	250
setembro	Enfrentamento dos Riscos no Deslocamento	Palestra	Representantes de associações de moradores; Grupo Estratégia Saúde da Família; auditores na área de transito.	100
setembro	Educação de Trânsito- Conviver é preciso	Comando educativo	Estudantes; Moradores; Representantes de entidades parceiras do Sistema Nacional de Transito.	250

setembro	Causas e Responsabilidades nos Acidentes	Palestra	Participantes do IX SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes).	80
setembro	Educação para o Trânsito	Palestra	Funcionário da empresa Taguatur. (Taguatinha Transportes e Turismo LTDA).	80
setembro	Educação de Trânsito	Palestra	Crianças de 6 a 10 anos.	40
setembro	Educação de Trânsito	Palestra	Crianças de menos de 10 anos do ensino infantil do SESC, no período da manhã.	60
setembro	Educação para o Trânsito	Palestra	Crianças de 3 a 6 anos do ensino infantil do SESC, Proferida no turno da TARDE.	80
setembro	Educação para o Trânsito	Palestra	Crianças de 3 a 6 anos do ensino infantil do SESC, Proferida no turno da TARDE.	80
setembro	Educação para o Trânsito	Palestra	Crianças de 7 a 10 anos do Ensino Fundamental do SESC. turno da TARDE.	40

setembro	Educação para o Trânsito	Palestra	Crianças de 6 a 10 anos do ensino fundamental do SESC.	60
setembro	Educação para o Trânsito	Palestra	Crianças de 7 a 10 anos do ensino fundamental do SESC. no Período da MANHÃ.	45
setembro	Trânsito e Cidadania	Palestra	Jovens de 18 a 20 anos assistidos pelo Projeto Urbano.	60
setembro	Trânsito e Cidadania	Palestra	Jovens do Ensino Médio.	80
setembro	Trânsito e Cidadania	Palestra	Jovens de 18 a 29 anos assistidos pelo Projeto Urbano.	120
setembro	Trânsito e Cidadania	Palestra	Jovens de 18 a 29 anos, assistidos pelo Projeto Urbano.	40
outubro	Educação para o Trânsito	Palestra	Alunos do Ensino Médio Noturno.	120
novembro	Segurança no Trânsito	Palestra	Funcionário da Empresa.	50

novembro	Direção Defensiva e Palestra Legislação de Trânsito	Funcionário da Empresa Nokia Siemens Networks Serviços LTDA.	40
----------	--	--	----

<b>8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS</b>			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRO	R\$ 862,10	R\$ 862,10	100,00

#### **I.2.3.12. AÇÃO: 8703- Atividade Correicional**

##### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	Corregedoria Regional

## Resultados

1)

Número do processo:	08.668.003.413/2007-99			
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	031/2009		Data: 02/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.			
Situação do processo:	X	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em		Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

2)

Número do processo:	08.668.002.801/2006-71			
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X Processo

Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	037/2009				Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Manifestação de desapareço no âmbito da repartição.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
		Processo encaminhado para julgamento em			X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

3)

Número do processo:	08.668.002.454/2007-68					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa				Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			X	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	038/2009				Data: 16/03/2009



Fato sob apuração (descrição sucinta):	Agressão física a usuário da rodovia.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
		Processo encaminhado para julgamento em			X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

4)

Número do processo:	08.668.000.702/2008-17					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa				Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			X	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	039/2009				Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na
	X Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

5)

Número do processo:	08.668.000.788/2008-88		
Tipo de Processo:	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		X Processo
Ato instaurador:	X Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 040/2009		Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de material de veículo retido.		

	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
Situação do processo:		Processo encaminhado para julgamento em				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

6)

Número do processo:	08.668.000.830/2007-80					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	041/2009				Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Manifestação de desprezo no âmbito da repartição.					

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

7)

Número do processo:	08.668.001.996/2007-13		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	042/2009	Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

8)

Número do processo:	08.668.003.281/2007-03		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	043/2009	Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Extravio de bloco de auto de infração.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

9)

Número do processo:	08.668.001.098/2008-46		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	045/2009	Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Manifestação de despreço no âmbito da repartição.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	
Pena aplicada:	X Arquivamento		
Remessa dos autos:	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

10)

Número do processo:	08.668.003.129/2008-01		
Tipo de Processo:	Sindicância Investigativa		X Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	046/2009	Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

11)

Número do processo:	08.668.002.354/2008-12		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	047/2009	Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Extravio de auto de infração.		



	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

12)

Número do processo:	08.668.001.035/2005-47		
Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	048/2009	Data: 16/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na
	Penalidade Prescrita		X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

13)

Número do processo:	08.668.003.509/2008-38		
Tipo de Processo:	Sindicância Investigativa		X Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	059/2009	Data: 31/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

14)

Número do processo:	08.668.001.299/2009-24		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	060/2009	Data: 31/03/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

15)

Número do processo:	08.668.003.306/2007-61		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	X Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	067/2009	Data: 16/04/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	X	Processo encaminhado para julgamento em 29/01/2009	Processo Julgado
Julgamento:	Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na
	Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

16)

Número do processo:	08.668.003.089/2006-28		
Tipo de Processo:	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		X Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	068/2009	Data: 16/04/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		

	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
Situação do processo:		Processo encaminhado para julgamento em				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

17)

Número do processo:	08.668.000.480/2006-71					
Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa				Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	097/2009				Data: 15/05/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em	X	Processo Julgado
Julgamento:	Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na
	Penalidade Prescrita	X	Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

18)

Número do processo:	08.668.002.484/2007-74		
Tipo de Processo:	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		X Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	108/2009	Data: 29/05/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

19)

Número do processo:	08.668.002.222/2005-48		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	109/2009	Data: 29/05/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		



	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

20)

Número do processo:	08.668.003.708/2007-65		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	110/2009	Data: 29/05/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

21)

Número do processo:	08.668.003.592/2007-64		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	X Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	111/2009	Data: 29/05/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Ofensa física em serviço.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

22)

Número do processo:	08.668.003.271/2007-6		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	112/2009	Data: 29/05/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura.		

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

23)

Número do processo:	08.668.003.706/2007-76		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	113/2009	Data: 29/05/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Ausentar-se do serviço sem prévia autorização.		

		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
Situação do processo:		Processo encaminhado para julgamento em			X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

24)

Número do processo:	08.668.002.151/2009-15					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa				Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			X	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	122/2009				Data: 03/06/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
		Processo encaminhado para julgamento em				Processo Julgado

Julgamento:	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
	Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

25)

Número do processo:	08.668.000.259/2008-84				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	177/2009			Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares e corrupção.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
	X	Processo encaminhado para julgamento em 17/11/2009			Processo Julgado

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

26)

Número do processo:	08.668.000.566/2008-65					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	178/2009			<input type="checkbox"/>	Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relat
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input checked="" type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento

Pena aplicada:				
Remessa dos autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

27)

Número do processo:	08.668.002.958/2008-69				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	179/2009			Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			



28)

Número do processo:	08.668.000.392/2008-31				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº	180/2009			Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de pistola.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
	X	Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF		X	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

29)

Número do processo:	08.668.001.960/2008-11				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	181/2009			Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em			Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

30)

Número do processo:	08.668.001.097/2008-00
---------------------	------------------------

Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	182/2009				Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
	X	Processo encaminhado para julgamento em 22/02/2010				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

31)

Número do processo:	08.668.003.574/2008-63					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)

Número e data do Ato:	Nº:	183/2009			Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em			X
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

32)

Número do processo:	08.668.002.595/2009-42					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	184/2009			Data: 24/08/2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.					

	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relat
Situação do processo:	Processo encaminhado para julgamento em		X Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	Apenação Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita	X Arquivamento
Pena aplicada:			
Remessa dos autos:		MPF	AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

33)

Número do processo:	08.668.002.597/2009-31		
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa	X Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo
Ato instaurador:	X	Portaria	Ordem de Serviço Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	185/2009	Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.		

		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
Situação do processo:		Processo encaminhado para julgamento em			X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

34)

Número do processo:	08.668.001.366/2008-20					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	186/2009				Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
		Processo encaminhado para julgamento em				Processo Julgado

Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

35)

Número do processo:	08.668.000.077/2008-11					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	187/2009			<input type="checkbox"/>	Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relat
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 12/02/2010			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						

Remessa dos autos:		MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

36)

Número do processo:	08.668.000.679/2009-41				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	188/2009			Data: 24/08/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Perda da carteira de identidade funcional.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			



37)

Número do processo:	08.668.002.819/2008-35				
Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº	266/2009			Data: 29/10/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar prescrição.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em			X
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

38)

Número do processo:	08.668.003.572/2009-55
---------------------	------------------------

Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	267/2009			Data: 29/10/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar prescrição.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relat
		Processo encaminhado para julgamento em			X
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

39)

Número do processo:	08.668.002.596/2009-97					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)	

Número e data do Ato:	Nº:	373/2009			Data:	15/12/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.					
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
		Processo encaminhado para julgamento em				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Penas aplicadas:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

40)

Número do processo:	08.668.002.337/2008-85					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	374/2009			Data:	15/12/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.					

Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
		Processo encaminhado para julgamento em				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

41)

Número do processo:	08.668.001.907/2008-10					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	375/2009				Data: 15/12/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relat
		Processo encaminhado para julgamento em			X	Processo Julgado

Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL			
	Crédito Descentralizado	Realizado	%
FINANCEIRA	R\$ 46.723,12	R\$ 46.723,12	100,00

### I.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

#### I.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe

Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

### **I.3.2. Principais Ações do Programa**

- 2000 Administração da Unidade
- 2003 Ações de Informática
- 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

### **I.3.3. Gestão das Ações**

#### **I.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade**

##### **I.3.3.1.1. Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição	<p>Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	SAF

### **I.3.3.1.2. Resultados**

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.



Dos contratos estabelecidos por esta 17ª SRPRF/PI, destacam-se:

- 01/2005 – Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) LDN;
- 08/2004 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mão-de-obra na área de serviços auxiliares para a 17ªSRPRF/PI;
- 05/2008 – Prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada;
- 14/2009 – Contratação de empresa especializada nos serviços de segurança e vigilância armada nas dependências internas do edifício da 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Parnaíba/PI;
- 01/2007 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação nas dependências internas da Sede, Delegacias e Postos da 17ª SRPRF/PI;
- 06/2009 – Prestação de serviços de telefonia móvel celular;
- 03/2006 - Contratação de empresa especializada nos serviços de vigilância armada na cidade de Teresina/PI;
- 08/2008 – Locação de 01 máquina copiadora para reprodução de documentos em preto e branco para as necessidades da 17ªSRPRFPI;
- 09/2008 – Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da 17ªSRPRFPI lotados na sede e nas 1ª e 2ª Delegacias nas cidades de Teresina/PI e Piriapiri/PI;
- 10/2008 – Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da 17ªSRPRFPI lotados na 5ª Delegacia na cidade de Picos/PI;
- 11/2009 – Prestação de serviços postais convencionais, correspondência normal, registrada local e nacional e correspondências expressas-SEDEX local e nacional para capitais;
- 02/2009 – Prestação de fornecimento de passagens aéreas nacionais para o atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins;
- 12/2008 – Prestação de serviço de transmissão de dados do tipo frame-relay;
- 05/2009 – Contratação emergencial para a prestação de serviço de transmissão de dados do tipo frame-relay;
- 10/2009 – Contratação emergencial para a prestação de serviço de transmissão de dados do tipo frame-relay;
- 01/2009 – Contratação de empresa especializada para elaboração de levantamento técnico das condições físicas e de infraestrutura (redes elétricas, hidráulica e de dados e voz, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e o sistema de comunicação visual), com confecção dos projetos executivos de reformas ou ampliações para as unidades operacionais, sob gestão da 17ª SRPRF/PI, buscando equipá-los de infraestrutura mínima;
- 02/2009 – Contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas nacionais e a operacionalização de reservas e afins para atender às necessidades da 17ª SRPRF/PI.
- 03/2009 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais leves e pesados da 17ª SRPRF/PI lotados na 3ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Floriano/PI.

- 08/2009 - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais da 17ª SRPRF/PI no Convênio Serviço Médico de Urgência/SAMU firmado entre DPRF e o Ministério da Saúde.
- 04/2009 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais leves e pesados da 17ª SRPRF/PI lotados na 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Parnaíba/PI.
- 07/2009 – Aquisição de 1.800 garrafas plásticas de 20 litros cada contendo água mineral sem gás, garrafa não incluído.
- 09/2009 – Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva de equipamentos de informática (microcomputadores, monitores, impressoras, notebook, nobreak, etc) para atender a 17ª SRPRF/PI.
- 12/2009 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços veterinários periódicos visando a prevenção, manutenção e tratamento através de vacinas, consultas, exames, cirurgias e outros para os 04 (quatro) cães adultos patrimoniados na 17ª SRPRF/PI.
- 13/2009 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais leves e pesados da 17ª SRPRF/PI.

Para a execução dos serviços mencionados, foram realizados Pregões Eletrônicos, meio licitatório garantidor, em regra, de um dos princípios basilares da Administração Pública, o da economicidade, condensada essa modalidade no seguinte:

- 01/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais da 17ª SRPRF/PI no Convênio Serviço Médico de Urgência/SAMU firmado entre DPRF e o Ministério da Saúde;
- 02/2009- Aquisição de 1.800 garrafas plásticas de 20 litros cada contendo água mineral sem gás, garrafa não incluído.;
- 03/2009- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços veterinários periódicos visando a prevenção, manutenção e tratamento através de vacinas, consultas, exames, cirurgias e outros para os 04 (quatro) cães adultos patrimoniados na 17ª SRPRF/PI.;
- 04/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais do tipo motocicletas da 17ª SRPRF/PI;
- 05/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais do tipo motocicletas da 17ª SRPRF/PI;
- 06/2009- Aquisição de medicamentos veterinários, produtos de higiene, objetos de usos do canil;
- 07/2009- Contratação de empresa especializada nos serviços de segurança e vigilância armada nas dependências internas do edifício da 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Parnaíba/PI.;

- 08/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na manutenção corretiva e preventiva de sistemas e equipamentos de rádio comunicação;

- 09/2009- Contratação de empresa especializada para o fornecimento de passagens aéreas nacionais para o atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins;

- 10/2009 - Contratação de pessoa jurídica especializada na manutenção corretiva e preventiva de sistemas e equipamentos de rádio comunicação;

### **I.3.3.2. Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

#### **Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	

## Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

### I.3.3.3. Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxilio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas

	com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis

Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	

## Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

### I.3.3.4. Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis



Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	

## Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

### **I.3.3.5. Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

#### Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF

Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	

## Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

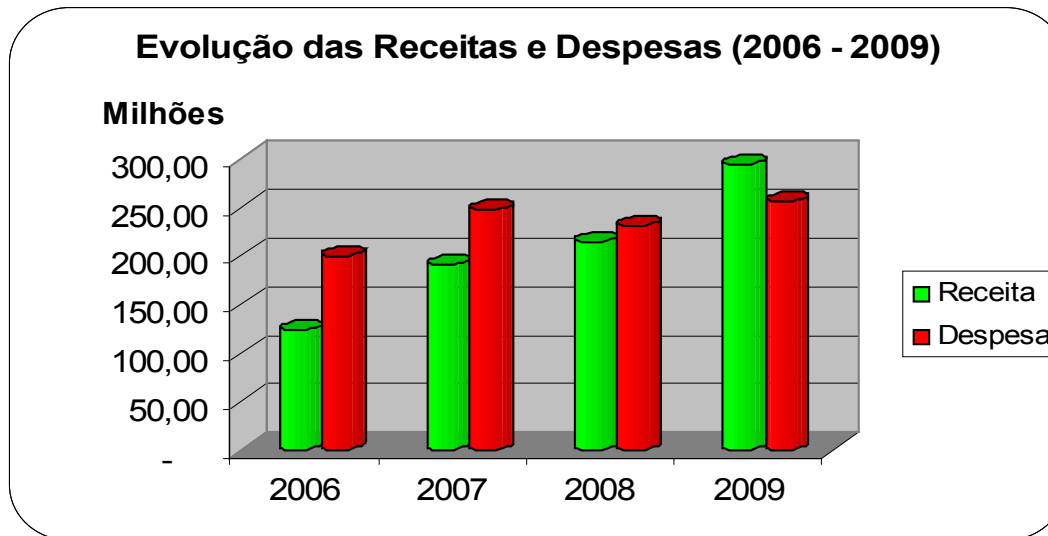
### D. Desempenho Operacional

#### I. Evolução das Receitas e Despesas

##### I.1 - Evolução das receitas e despesas

O valor da despesa informado refere-se aos grupos 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimento e 5 – Inversão Financeira.

	2006	2007	2008	2009
Receita	123.159.459	190.625.425	214.209.541	294.271.140
Despesa	200.204.680	246.986.075	231.052.729	256.020.849



I.2. Programação Orçamentária

**Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

I.2.1 Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	Exercícios					
	2008	2009	2008	2009	2008	2009

<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>		1.664.593.37 3	1.959.165.7 33	0 0	340.817.5 18	288.700.8 14
	<b>PLOA</b>		1.664.593.37 3	1.959.165.7 33	0 0	189.044.4 52	193.446.8 50
	<b>LOA</b>		1.664.593.37 3	1.959.165.7 33	0 0	189.044.4 52	185.102.7 42
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		59.923.996	9.900.000	0 0	18.849.55 4	58.183.99 3
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0 0	0 0	10.000 0
		<b>Reabertos</b>	0	0	0 0	0 0	0 0
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0 0	0 0	0 0
		<b>Reabertos</b>	0	0	0 0	0 4.658.811	0 0
	<b>Créditos Cancelados</b>		0	0	0 0	0 -2.082.500	- 6.385.000
<b>Outras Operações</b>		0	0	0 0	0 0	0 0	
<b>Total</b>			<b>0</b>	<b>1.969.065.7 33</b>	<b>0 0</b>	<b>210.470.3 17</b>	<b>0</b>

### I.2.2 Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários	4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
	Exercícios					
	2008	2009	2008	2009	2008	2009

<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>	126.055.794	109.779.370	0	0	0	0	
	<b>PLOA</b>	31.008.548	26.633.400	0	0	0	0	
	<b>LOA</b>	55.560.388	48.483.400	0	0	0	0	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	16.811.828	34.485.000	0	0	0	0	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0	5.501.000	0	0
		<b>Reabertos</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0	0	0	0
		<b>Reabertos</b>	230.754	0	0	0	0	0
	<b>Créditos Cancelados</b>	-	-	0	0	0	0	0
<b>Outras Operações</b>	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>52.502.602</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.501.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

### I.2.3 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.005.410.891	2.247.866.547	126.055.794	109.779.370	0	0	
	PLOA	1.853.637.825	2.152.612.583	31.008.548	26.633.400	0	28.601.553	
	LOA	1.853.637.825	2.144.268.475	55.560.388	48.483.400	0	28.601.553	
CRÉDITOS	Suplementares	78.773.550	68.083.993	16.811.828	34.485.000	0	0	
	Especiais	Abertos	0	10.000	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	4.658.811	0	230.754	0	0	0
	Créditos Cancelados	-2.082.500	-6.385.000	20.100.368	-25.501.000	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>28.601.553</b>	

### 2.4.2 – Indicadores de Desempenho



### 2.4.3 – Análise do Desempenho

#### - Arrecadação Proveniente das Multas por Infração de Trânsito

A exemplo dos anos anteriores, a arrecadação de multas de trânsito aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal cresceu, atingindo um montante de R\$ 305.315.229 (trezentos e cinco milhões, trezentos e quinze mil e duzentos e vinte e nove reais) de arrecadação bruta.

A arrecadação líquida foi de R\$ 277.101.864 (duzentos e setenta e sete milhões, cento e um mil e oitocentos e sessenta e quatro reais), tendo em vista que a dedução pelos serviços prestados pelos DETRANS, a contribuição para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET e a taxa de utilização do Registro Nacional de Infrações – RENAINF totalizaram R\$ 28.213.365 (vinte e oito milhões, duzentos e treze mil, trezentos e sessenta e cinco reais).

Visando cumprir os indicadores de desempenho propostos para o Programa de Governo Segurança Pública nas Rodovias Federais, constante do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), por meio do produto previsto para a Ação Governamental Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais, a Polícia Rodoviária intensificou as operações de fiscalização no ano de 2009, resultando na redução de acidentes, mortos e feridos, o que trouxe impacto considerável no número de notificações de autuação. O DPRF/MJ por conta de insuficiência de crédito orçamentário nos últimos exercícios invariavelmente acumula passivo de envio de Notificações de Penalidade, pois à medida que crescem as autuações, também crescem os custos com seu processamento. Tal inércia administrativa gera a impunidade do infrator, transtornos para os cidadãos que ficam com a infração no prontuário do seu veículo, sem no entanto ter a finalização do processo, acarretando aumento da demanda no atendimento aos usuários nos núcleos de multas e

penalidades das Unidades Regionais.

O excesso de arrecadação apurado no exercício foi de R\$ 78.590.487 (setenta e oito milhões, quinhentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta e sete reais), considerando o somatório da arrecadação líquida, arrecadação com os leilões e os serviços administrativos e a previsão de receita no valor de R\$ 215.680.652 (duzentos e quinze milhões, seiscentos e oitenta mil e seiscentos e cinquenta e dois reais), consignada na Lei Orçamentária.

No entanto, verifica-se que mesmo com o acréscimo na receita proveniente de multas, não foram revistos o limite para elaboração da proposta orçamentária. Caso essa restrição persista, o DPRF/MJ deverá optar entre custear as despesas de processamento de multas ou custear as demais despesas administrativas.

Conforme determinação expressa do Art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, regulamentado pela Resolução CONTRAN nº 191/2006, a União deveria aplicar os recursos relativos à arrecadação de multas de trânsito, exclusivamente em sinalização, engenharia de trânsito, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. No entanto, tal dispositivo tem sido observado, uma vez que tais recursos foram utilizados inclusive para custeio de despesas obrigatórias. Na Lei 11.897/2008 – Lei Orçamentária Anual para o exercício 2009, foram alocados R\$ 8.344.108 (oito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, cento e oito reais) para cobrir despesa com auxílio alimentação, além da utilização de Reserva de Contingência no valor de R\$ 28.601.553 (vinte e oito milhões, seiscentos e um mil, quinhentos e cinquenta e três reais) para cumprimento de metas fiscais.

Cabe à Administração Pública Federal arcar com as despesas obrigatórias e administrativas do DPRF/MJ, com recursos ordinários, fonte 0100, a exemplo do que ocorre nas demais unidades do Poder Público.

Dessa forma, não resta dúvida que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito aplicadas pela instituição, na forma do Art. 320

do Código de Trânsito Brasileiro, deverá ser aplicada exclusivamente nas ações de policiamento e fiscalização do órgão, abrangendo, assim, as atividades operacionais de segurança, construção, reforma e ampliação de unidades operacionais, modernização, renovação e ampliação da frota de veículos e equipamentos, tais como: aquisição de radares, coletes balísticos, etilômetros, armamentos, viaturas de resgate, socorro e salvamento e aparelhos de telecomunicações, entre outros.

#### - Leilão de Veículos Oficiais

No exercício de 2009 foram leiloados um total de 423 veículos oficiais considerados antieconômicos, em 24 estados, o que proporcionou uma arrecadação de R\$ 4.608.300 (quatro milhões, seiscentos e oito mil e trezentos reais).

Tais recursos poderiam ser revertidos na aquisição de novas viaturas, que é a principal ferramenta de trabalho do policial, sem a qual seria impossível a realização do policiamento. A vida útil desse equipamento é reduzida em função da utilização em condições severas, no caso da atividade policial. Além disso, soma-se o estado precário de parte das rodovias, e ainda a atuação da PRF em estradas federais não pavimentadas, onde o desgaste é potencializado.

#### - Serviços Administrativos

A receita proveniente dos serviços administrativos de escolta de veículos superdimensionados, emissão de AET – Autorização Especial de Trânsito, remoção de animais apreendidos e emissão de Certificados de Inspeção Veicular totalizou R\$ 12.560.975 (doze milhões, quinhentos e sessenta mil, novecentos e setenta e cinco reais).

- Arrecadação Total

A arrecadação total líquida do Órgão no exercício 2009 foi aproximadamente R\$ 94,5 milhões maior que a de 2008, R\$ 294.271.139 contra R\$ 199.570.593.

Arrecadação Bruta (Multas)	305.315.229
Funset - 5%	-15.265.761
Restituições	-121.432
Descontos Concedidos	-12.826.171
Arrecadação Líquida (Multas)	277.101.864
Alienação de Veículos	4.608.300
Serviços Administrativos	12.560.975
<b>Resultado Bruto do Exercício</b>	<b>322.484.505</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>294.271.140</b>

E. Programação Orçamentária

**Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>Departamento de Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>30107</b>	<b>200109</b>

**2.5.1 Programação das Despesas Correntes**

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	340.817.518	288.700.814	
	PLOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	193.446.850	
	LOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	185.102.742	
CRÉDITOS	Suplementares	59.923.996	9.900.000	0	0	18.849.554	58.183.993	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	10.000
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	4.658.811	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	-2.082.500	6.385.000	
Outras Operações	0	0	0	0	0	0		
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>1.969.065.733</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>210.470.317</b>	<b>0</b>	

### 2.5.2 Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	126.055.794	109.779.370	0	0	0	0	
	PLOA	31.008.548	26.633.400	0	0	0	0	
	LOA	55.560.388	48.483.400	0	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	16.811.828	34.485.000	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	230.754	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-	-	0	0	0	0	
Outras Operações	0	0	0	0	0	0		
<b>Total</b>		<b>52.502.602</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.501.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

### 2.5.3 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.005.410.891	2.247.866.547	126.055.794	109.779.370	0	0	
	PLOA	1.853.637.825	2.152.612.583	31.008.548	26.633.400	0	28.601.553	
	LOA	1.853.637.825	2.144.268.475	55.560.388	48.483.400	0	28.601.553	
CRÉDITOS	Suplementares	78.773.550	68.083.993	16.811.828	34.485.000	0	0	
	Especiais	Abertos	0	10.000	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	4.658.811	0	230.754	0	0	0
	Créditos Cancelados	-2.082.500	-6.385.000	20.100.368	-25.501.000	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>28.601.553</b>	

## II – Análise Crítica da Programação Orçamentária Original e Adicional

### II.1 – Programação Orçamentária Original

A atual estrutura do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é constituída pela Administração Central, 21 Superintendências, 5 Distritos Regionais, 151 Delegacias e 416 unidades de atendimento ao cidadão, distribuídas ao longo de aproximadamente 66.000 km de rodovias federais<sup>1</sup>.

Quanto à 17ª SRPRF/PI, composta da Sede localizada na cidade de Teresina/PI, de 05 (cinco) Delegacias e 10 (dez) Postos com abrangência de 3.129,2 Km de rodovias federais, pelo disposto na Portaria nº 48, de 24 de Junho de 2009 do Gab/DPRF/MJ, publicado no DOU, nº 133 de 15/07/2009, como bem assevera a seguinte tabela:

Delegacias	Postos	Circunscrição				Quilometragem
		BR	Do Km	Ao Km	Total	Parcial/Total
<b>1ª Delegacia (Teresina)</b>	Posto 01	343	313,3	353,5	40,2	279,3
	Posto 02	316	000	090	90,0	
		343	433	497	064	
	Posto 03	343	228,1	313,2	085,1	
<b>2ª Delegacia (Piripiri)</b>	Posto 01	222	65,0	75,0	10	271,0
		343	113,0	228,0	115,0	
		404	00	081	081	
	Posto 02	222	00	065	065	
<b>3ª Delegacia</b>		020	54,3	215,3	161,0	

<sup>1</sup> Dados operacionais informados pelo NUEST/DFT/CGO



<b>(Floriano)</b>	Posto 01	135	00	621	621	1.681,4
		230	200,1	315,1	115,0	
		324	00	544	544	
		343	497,1	585,5	88,4	
		343	595,9	747,9	152,0	
<b>4ª Delegacia (Picos)</b>	Posto 01	020	368	452	084	703
		230	154	200	046	
		316	261	345	84	
		407	356	548	192	
	Posto 02	316	90,0	261	171	
	Posto 03	230	00	053	053	
		316	345	418	073	
<b>5ª Delegacia (Parnaíba)</b>	Posto 01	343	00	112,9	112,9	194,5
		402	00	13,8	13,8	
		402	32,2	100,0	67,8	

<b>Total de Quilometragem da Regional:</b>	<b>3.129,2</b>
--	----------------

Após levantamento junto às Regionais, realizado pelos Coordenadores de Ação, e consolidação das demandas pela Unidade Orçamentária, a dotação proposta pelo Órgão para cobrir despesas de custeio e investimento alcançou o total de R\$ 398.142.966 (trezentos e noventa e oito milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e seis Reais).

Apesar do DPRF/MJ ter executado em 2008 o total de R\$ R\$ 225.464.506 (duzentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e

quatro mil, quinhentos e seis reais), o Ministério da Justiça-MJ disponibilizou para a elaboração da proposta orçamentária a mesma dotação inicial de 2008: **R\$ 220.000.000** (duzentos e vinte milhões de reais), valor muito inferior à dotação necessária ao atendimento satisfatório das reais demandas.

Por outro lado, é inevitável a expansão dos gastos, decorrente principalmente da repactuação dos contratos continuados, do reajuste dos preços dos serviços públicos e insumos, da necessidade de manutenção das unidades de atendimento ao cidadão, da ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, do aumento da frota que circula em rodovias federais e do aumento da malha rodoviária com a retomada de trechos estadualizados, por decisão judicial, a exemplo do que ocorreu no Estado do PR.

Na Unidade Regional no Estado do Piauí, houve repactuação, contratação de novos serviços e materiais, adesão à ata de registro de preços por considerar primordiais os princípios da segurança jurídica e da economicidade para a Administração, aquisição de veículos e aumento da malha rodoviária conforme a citada Portaria nº 48, de 24 de Junho de 2009 do Gab/DPRF/MJ, publicado no DOU, nº 133 de 15/07/2009.

Tal restrição orçamentária compromete a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das atribuições institucionais, impedindo sua manutenção satisfatória e a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento do Órgão, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos de TI, mobiliário para as bases operacionais, equipamentos e materiais aplicados na atividade fim.

Devido à falta de servidores da carreira de apoio administrativo, a despesa com terceirização, incluindo estagiários, é a maior despesa, sendo executado em 2009 cerca de R\$ 33 milhões. A maior parte da dotação disponibilizada pelo MJ é destinada às despesas de garantia de funcionamento: manutenção de aeronave, abastecimento da frota, comunicação de dados (frame relay, MPLS), telefonia, abastecimento e manutenção da frota veicular, sendo premente a necessidade de ampliação do valor definido para elaboração da Proposta Orçamentária.

Torna-se prejudicial

No Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária teve acréscimo de R\$ 21.850.000, decorrente das seguintes Emendas:

- 1 - R\$ 200.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0056 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Estado do Mato Grosso;
- 2 - R\$ 150.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0060 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Estado de Santa Catarina;
- 3 - R\$ 200.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0062 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Município de Vitória - ES;
- 4 - R\$ 1.000.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0064 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Município de Sete Lagoas – MG;
- 5 - R\$ 20.000.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.8623.0001 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – Nacional;
- 6 - R\$ 300.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.8623.0056 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Município de Manaus - AM;

Também houve os seguintes cortes orçamentários no aludido Projeto de Lei:

- 1 - R\$ 115.239 no Programa de Trabalho 06.303.0663.2C78.0001 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- 2 - R\$ 2.576.434 no Programa de Trabalho 06.128.0663.2524.0001 – Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- 3 - R\$ 410.000 no Programa de Trabalho 06.183.0663.2816.0001 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal;
- 4 - R\$ 100.000 no Programa de Trabalho 06.181.0663.4290.0001 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais;
- 5 - R\$ 288.098 no Programa de Trabalho 06.131.0663.4641.0001 – Publicidade de Utilidade Pública;

6 - R\$ 163.731 no Programa de Trabalho 06.452.0663.8692.0001 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais;

7 - R\$ 300.000 no Programa de Trabalho 06.181.0663.8703.0001 – Atividade Correicional

Com as alterações acima, o orçamento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, consignado na Lei Orçamentária Anual de 2009, foi de R\$ 233.586.142 (duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e dois reais), sendo R\$ 185.102.742 para ODC – Outras Despesas Correntes (custeio e benefícios) e R\$ 48.483.400 para Investimento.

### **II.1.1 – Programação Orçamentária Adicional**

Por conta das restrições orçamentárias, no decorrer do exercício foi concedido crédito adicional no valor total de R\$ 98.179.993 (noventa e oito milhões, cento e setenta e nove mil, novecentos e noventa e três reais).

O excesso de arrecadação, no valor de R\$ 44 milhões, em razão da revisão da previsão de receita de multas pela Secretaria de Orçamento Federal; o superávit financeiro na fonte própria, no valor de R\$ 13.000.000, decorrente dos leilões de viaturas e o cancelamento de dotações no valor de R\$ 31.886.000 foram as principais fontes de recursos do aludido crédito.

Destacam-se as seguintes alocações de crédito orçamentário :

1 - R\$ 5.501.000 – Crédito especial para aquisição da Sede da 9ª SRPRF/RS;

2 - R\$ 14.212.635,00 – Suplementação para cobrir despesas com 2 (dois) cursos de formação relativos as 340 vagas e excedentes para o MT e PA, bem como custeio de despesas administrativas (terceirização, material de consumo, estagiários, serviços públicos, diárias administrativas);

3 - R\$ 21.000.000 – Suplementação destinada à renovação parcial da frota, sendo adquiridas 141 viaturas, no valor total de R\$ 13.868.738,31. O restante do crédito orçamentário foi contingenciado;

4 - R\$ 16.873.000 – Suplementação destinada ao processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF;

Na elaboração da proposta orçamentária, a Unidade alocou os créditos orçamentários, de acordo a prioridade das demandas apresentadas, ou seja, procurou assegurar as dotações necessárias para a manutenção da unidade. Assim, a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento da PRF dependeu sobremaneira da concessão do citado crédito adicional, para o qual não foi disponibilizado cota de limite orçamentário na sua totalidade, ou seja, a maior parte da dotação foi contingenciada.

### II.1.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

<b>Despesas Correntes</b>						
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>		<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
<b>Interna</b>	<b>Concedidos</b>	200109 - DPRF		1.968.097.535		146.836.399
	<b>Recebidos</b>					
<b>Externa</b>	<b>Concedidos</b>	170009 - ESAF				6.250
		153103 - UFRN				627.433
		200006 - CGRH/MJ				11.528.481
	<b>Recebidos</b>	153978 - INEP				62.810
		200094 - CGOF/MJ				2.931.780
		200331 - FNSP				181.855
		257001 - FNS				3.358.295
		393001 - ANTT				5.666.159
<b>Despesas de Capital</b>						

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	200109 - DPRF		14.329.642	5.501.000	
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153103 - UFRN		232.268		
	Recebidos	110244 - FNCA		224.370		
		200094 - CGOF/MJ		8.874.975		

#### II.1.2.1 Análise Crítica das Concessões e Recebimento de Créditos Orçamentários por Movimentação Interna e Externa

##### - DESTAQUES RECEBIDOS

Com as restrições orçamentárias impostas ao DPRF, os destaques tornaram-se fontes importantes de recursos para a realização das atividades da PRF. Embora sejam destinados a atividades específicas, os destaques possibilitam a aquisição/manutenção de equipamentos, bem como a realização de um maior número de operações, aumentando a presença da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias federais.

##### **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI**

Por intermédio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, foram descentralizados ao DPRF aproximadamente 12 milhões de reais que atingiram praticamente 95% de execução.

O orçamento foi utilizado no desenvolvimento do projeto UNACI\* e nas operações de combate ao abigeato nas fronteiras internacionais do estado do Rio Grande do Sul, especificamente no aparelhamento, readequação de estruturas e pagamento de diárias ao policiais envolvidos na operações e na consecução do projeto.

##### **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU**

O convênio firmado entre o Ministério da Saúde (SAMU) e o DPRF auxiliou a execução das atividades de salvamento no âmbito das rodovias federais proporcionando a melhor utilização das viaturas e aeronaves de resgate. Os recursos foram utilizados com a manutenção do veículos, adaptação de postos e capacitação de servidores.

### **Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT**

As descentralizações decorrentes do convênio entre o DPRF e a ANTT alcançaram o montante de 5,5 milhões de reais com uma execução na ordem de 95%. O crédito foi utilizado para a realização de operações de fiscalização do transporte de passageiros e com a aquisição de materiais de policiamento utilizados durante as fiscalizações.

Com as restrições de cota de limite impostas ao Órgão o convênio foi vantajoso a medida que proporcionou aquisições de materiais importantes bem como tornou possível a realização desse tipo de fiscalização, ações que ficariam comprometidas por conta do contingenciamento.

### **- DESTAQUES CONCEDIDOS**

#### **Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN**

Durante o exercício de 2009 o DPRF firmou acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o objetivo do desenvolvimento de sistemas de gestão, uma demanda antiga e fundamental para o Órgão.

O software possibilitará uma gestão eficiente nas mais variadas áreas administrativas - recursos humanos, patrimônio, compras, orçamento, financeiro – proporcionando maior confiabilidade das informações que auxiliarão as tomadas de decisões pelos gestores do Órgão. Haverá um ganho gerencial significativo.

### **- DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS**

A política de descentralização de créditos para as unidades regionais do DPRF utiliza como critério o mês de competência da despesa.

Durante o exercício de 2009 a falta de um cronograma para as transferências de cota de limite ao DPRF, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação de créditos orçamentários.

f) Execução Orçamentária

I Execução Orçamentária de Créditos Originários

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
<b>Convite</b>	1.011.349	473.819	324.739	137.732
<b>Tomada de Preços</b>	3.703.554	7.121.096	998.885	978.481
<b>Concorrência</b>	8.423.153	6.183.746	7.875.979	3.977.177
<b>Pregão</b>	123.591.218	114.136.904	85.580.077	86.983.704
<b>Concurso</b>	0	0	0	0
<b>Consulta</b>	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>				
<b>Dispensa</b>	34.157.856	46.313.878	27.309.960	36.229.868
<b>Inexigibilidade</b>	6.943.203	23.323.410	5.052.769	5.956.220
<b>Regime de Execução Especial</b>				
<b>Suprimento de Fundos</b>	106.484	93.383	104.750	91.310
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
<b>Pagamento em Folha</b>	1.737.591.555	1.983.987.649	1.737.591.555	1.983.987.649
<b>Diárias</b>	9.876.644	17.640.263	9.876.644	17.640.263
<b>Outros</b>				

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa



Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS</b>	487.287.822	559.895.681	487.287.822	559.895.681	588.977	0	487.287.822	559.895.681
<b>03 - PENSOES</b>	123.905.539	146.258.364	123.905.539	146.258.364	1.124.071	0	123.905.539	146.258.364
<b>08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS</b>	673.873	689.915	673.873	689.915	0	0	673.873	689.915
<b>11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL</b>	878.890.551	1.004.340.578	878.890.551	1.004.340.578	427.996	0	878.890.551	1.004.340.578
<b>13 - OBRIGACOES PATRONAIS</b>	0	217.342.545	0	217.342.545	0	0	191.293.626	217.342.545
<b>16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL</b>	0	433.895	0	433.895	3.327	0	406.673	433.895
<b>91 - SENTENCAS JUDICIAIS</b>	31.100.428	32.950.573	31.100.428	32.950.573	51.236	0	31.100.428	32.950.573
<b>92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	2.570.600	209.036	2.570.600	209.036	12.984	0	2.570.600	209.036
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>1º elemento de despesa</b>								
<b>2º elemento de despesa</b>								
<b>3º elemento de despesa</b>								
<b>Demais elementos do grupo</b>								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>03 - PENSOES</b>	74.122	112.305	71.389	112.305	2.732	0	71.389	112.305
<b>08 - OUTROS BENEFICIOS</b>	2.230.436	2.214.661	2.146.994	2.214.661	83.442	0	2.146.994	2.214.661

ASSISTENCIAIS								
14 - DIÁRIAS	9.876.644	21.399.337	9.876.644	21.378.983	0	20.354	9.876.644	21.369.634
30 - MATERIAL DE CONSUMO	43.391.824	38.012.835	30.040.027	30.287.691	12.824.304	7.725.143	30.040.027	29.680.396
31 - PREMIAÇÕES CULT.,	9.410	0	0	0	0	0	9.410	
33 - PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO	3.452.671	3.184.614	3.180.743	2.749.176	271.928	435.439	3.178.566	2.749.176
35 - SERVIÇO DE CONSULTORIA	53.950	848.434	7.750	7.000	46.200	841.434	7.750	7.000
36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.545.408	2.902.198	1.514.474	2.817.193	4.726	2.878	1.514.474	2.817.193
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	27.353.180	30.404.307	25.788.465	27.192.755	1.564.715	3.211.551	25.776.597	27.189.634
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	82.647.104	91.105.822	68.680.028	73.732.984	13.967.076	17.372.838	64.673.052	73.656.338
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	16.063.940	15.827.126	16.063.940	15.827.126	0	0	16.063.940	15.827.126
47 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.	140.876	232.111	138.134	221.217	2.742	10.894	138.125	221.217
49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	1.653.105	996.304	1.653.105	996.304	0	0	1.653.105	996.304
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	2.496.633	1.437.142	2.328.798	1.320.609	155.294	85.523	2.328.798	1.320.609
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.354.246	791.210	4.146.544	750.871	1.207.702	40.339	4.144.744	750.509

### 3. Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	2.257.198	3.448.671	3.084.256,75
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE	15.023.508	9.876.643,52	21.399.337,21

<b>DESPESAS EM VIAGENS</b>			
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	38.449.002	41.512.909	47.297.122
<b>3.1. Publicidade</b>	-	8.900	16.712,80
<b>3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	17.972.142	19.037.820	20.419.959
<b>3.3. Tecnologia da informação</b>	13.271.505	14.044.345	16.782.719
<b>3.4. Outras Terceirizações</b>	7.019.886	8.315.360	9.984.347
<b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	185.469	106.484	93.383
<b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	158.221	102.806	89.668
<b>TOTAIS</b>	<b>53.630.732</b>	<b>54.941.030</b>	<b>71.870.384</b>

4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>30 - MATERIAL DE CONSUMO</b>	0	27.839	0	0	0	27.839	0	0
<b>39 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS</b>	13.000	146.933	0	110.200	13.000	36.733	0	110.200
<b>51 - OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	3.529.412	5.743.588	878.514	363.656	2.650.898	5.379.932	878.514	363.656

<b>52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE</b>	31.159.310	37.680.442	7.668.726	5.843.462	23.490.584	31.836.980	7.601.512	5.577.237
<b>92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	7.458	0	7.458	0	0	0	7.458	0
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
<b>61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS</b>	5.501.000	0	0	0	5.501.000	0	0	0
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>

## 5. Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários

Durante o exercício de 2009, a falta de um cronograma para as transferências de cota de limite ao DPRF, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação de créditos orçamentários.

Devido à insuficiência de dotação inicial, o DPRF/MJ depende da concessão de créditos adicionais para cobrir as despesas de garantia de funcionamento, principalmente para processar e arrecadas as multas de trânsito. No entanto, os citados créditos são bloqueados no momento da concessão, prejudicando o atendimento pleno dessas despesas e o resultados operacionais, em especial a arrecadação.

## II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

### 1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	110.000	217.492	60.298	180.448
Concorrência	104.782	113.493	31.405	28.948
Pregão	12.574.041	14.992.212	4.582.891	5.235.464
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	51.958	67.723	15.463	44.496
Inexigibilidade	417	26.700	417	0
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	1.069	765	1.069	765
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	2.724.470	3.740.885	2.722.894	3.738.719
<b>Outros</b>				

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>14 - DIÁRIAS</b>	2.722.894	3.740.885	2.722.894	3.738.719	0	2.165	2.722.894	3.738.719

<b>30 - MATERIAL DE CONSUMO</b>	1.946.357	3.940.449	837.817	1.809.134	1.108.539	2.131.314	837.817	1.250.796
<b>33 - PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO</b>	417.495	352.582	397.679	288.949	19.816	63.633	395.501	288.949
<b>36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	13.577	0	13.577	0	0	0	13.577	0
<b>37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA</b>	0	89.981	0	79.113	0	10.868	0	79.113
<b>39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	1.281.502	1.936.599	1.034.467	1.218.739	247.035	717.859	994.977	1.184.211

### 3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>51 - OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	228.919	123.029	57.707	123.029	171.211	0	57.707	123.029
<b>52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE</b>	8.969.750	8.975.746	2.407.297	2.564.024	6.562.453	6.411.721	2.407.297	2.564.024
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	S	S	S	S	S	S	S	S
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	S	S	S	S	S	S	S	S

### 4. Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos recebidos por Movimentação

Os créditos orçamentários recebidos por destaque contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo o apoio técnico a outros órgão integrantes do Sistema Nacional de Segurança Pública.

A execução orçamentária desse tipo de crédito é facilitada, pois a gestão do contingenciamento compete ao Órgão Concedente, cabendo ao DPRF tão somente aplicá-lo de forma eficiente, procurando otimizar seus resultados operacionais.

### III. Execução Orçamentária por Programa de Governo

#### 1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.351.558.328	1.377.301.989	1.349.539.057	1.338.935.988	10.603.068	1.338.887.954	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Programa padronizado, comum a toda a Administração, utilizado para apropriar as despesas não relacionadas a programas finalísticos ou ações orçamentárias específicas, não possuindo índice de mensuração de resultado.						
Análise do Resultado Alcançado:						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
78.591.629	103.918.131	89.482.375	78.605.831	10.876.545	78.585.414	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						



Análise do Resultado Alcançado:						
Texto ....						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto ....						

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
64.157.000	79.337.000	59.943.848	18.232.147	41.711.701	17.930.466
Informações sobre os resultados alcançados					

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto ....						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto ....						

## 2. Análise Crítica da Execução Orçamentária por Programa de Governo

### **PROGRAMA 0750 – Apoio Administrativo**

## **2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**

É nesta ação onde são executados os serviços como a locação de mão-de-obra, água, energia elétrica, manutenção predial, postagens, publicações, diárias e passagens administrativas e aquisição de materiais de expediente. Essas despesas de garantia de funcionamento da área administrativa representam uma das maiores demandas do órgão.

A execução tem sido impactada pelas constantes repactuações de contratos, justificadas por convenções coletivas de trabalho que aumentam o salário-base das categorias contratadas, além da elevação do valor dos insumos utilizados durante a realização dos trabalhos. No entanto, o valor disponibilizado ao órgão não acompanha os reajustes de mercado, fazendo com que a ação seja objeto de constantes solicitações de suplementação. Por vezes a prestação de alguns dos serviços e aquisições citadas ficam comprometidas por insuficiência orçamentária. As unidades regionais ficam impossibilitadas de contratar a mão-de-obra adequada pela ausência de recursos.

Ressalta-se que durante o exercício de 2009, com o aumento do valor das diárias dos servidores do poder executivo, a execução da ação ficou ainda mais comprometida.

### **PROGRAMA 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais**

Durante o exercício de 2009 a execução orçamentária das ações que compõem o programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, demonstra a necessidade de um aporte maior de recursos para o desempenho das atividades finalísticas do DPRF/MJ.

A realização das Operações Especiais de Combate ao Crime, Inteligência, Corregedoria e Capacitação de Servidores utilizaram quase a totalidade dos recursos que lhes foram disponibilizados. Em alguns casos os objetivos traçados no planejamento não puderam ser atingidos em decorrência do bloqueio orçamentário imposto ao Órgão.

Merecem destaque especial e uma análise pormenorizada as ações de Policiamento e Processamento e Arrecadação de Multas.

### **2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais**

Os valores alocados na ação, destinados ao atendimento de despesas garantidoras das atividades finalísticas da PRF (diárias, combustível, manutenção de viaturas e aquisição e manutenção de equipamentos para policiamento) tiveram de ser revistos para que houvesse crédito suficiente para

custear o deslocamento, bem como a manutenção (pagamento de diárias) de um grande número de policiais no estado do Paraná por ocasião da retomada de rodovias federais no local.

Como consequência algumas aquisições planejadas nesta ação foram frustradas (material de sinalização, uniforme, equipamentos para policiamento).

Não obstante à redução dos valores destinados as aquisições e serviços fundamentais ao policiamento, durante o exercício de 2009 o aumento do valor das diárias também impactou de forma determinante a execução do orçamento.

#### **4641 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF**

Objeto de apontamento pelos Órgãos de Controle, o valor alocado na ação, aquém das necessidades do Órgão, tem sido alvo de constantes solicitações de créditos suplementar, para que não haja a interrupção do envio das notificações e penalidades das multas impostas pela PRF.

Diante de um orçamento de 220 milhões de reais, torna-se impossível ao Órgão que seja destinado a execução dessa atividade valor superior aos 20 milhões alocados, sob pena de despesas de garantia de funcionamento ficarem comprometidas.

Alerta-se para a necessidade da ampliação do limite orçamentário do DPRF que já a alguns exercícios não corresponde as suas reais necessidades.

As ações de Monitoramento, Acompanhamento Psicossocial, Atividades de Saúde, Publicidade de Utilidade Pública e Educação para o Trânsito não puderam ter seu orçamento executado na totalidade, frustrando seus planejamentos , pela concessão insuficiente de limite. Essas ações foram revistas e tiveram parte de seu valor destinados a outras ações.

#### **PROGRAMA 1386 – Desenvolvimento Institucional da PRF**

O Programa 1386 é composto por ações que estão voltadas para o desenvolvimento e modernização da PRF.

#### **200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária**

O DPRF possui como meta a renovação anual de 25% de sua frota. Devido ao baixo limite disponibilizado ao Órgão quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2009, tornou-se inviável a alocação de um montante superior aos 1,5 milhões destinados a essa atividade.

Com o intuito de oferecer aos policiais equipamentos seguros que os auxiliem durante o desempenho de suas atividades e que sirvam de instrumento para a realização de um efetivo serviço a sociedade, o DPRF vem constantemente, exercício após exercício, solicitando a suplementação desta ação para que o trabalho não fique comprometido.

Os valores gasto com esse tipo de aquisição, apesar das suplementações (grande parte das vezes obtida em contrapartida a algum crédito disponibilizado pelo DPRF) e destaques recebidos de outros órgãos (PRONASCI/MJ) ainda estão muito aquém das necessidades efetivas para se manter a frota em perfeitas condições de uso.

Ressalta-se, nesta análise, a política de leilões adotada pelo DPRF que proporciona o desfazimento dos veículos antigos da instituição. Contudo, o retorno dos valores obtidos com essa prática, em forma de orçamento, ainda é muito difícil, sendo objeto de exaustivas solicitações aos órgãos responsáveis.

## **200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da PRF**

Grande parte dos imóveis do DPRF são provenientes do antigo DNER. Não oferecem a estrutura adequada ao desempenho da atividade policial, quando, por vezes, não oferecem sequer condições de segurança aos seus usuários.

O exíguo valor alocado nesta ação foi um óbice a obtenção de resultados expressivos. Os esforços foram voltados para a construção de poucos postos, em locais cujas instalações encontravam-se profundamente comprometidas.

Nesta ação, destaca-se a concessão de emendas voltadas para a aquisição das Sedes de algumas Superintendências Regionais.

## **8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da PRF**

Voltada para a adequação do imóveis da PRF, a ação de reforma de bases operacionais foi contemplada com uma emenda de 20 milhões de reais para o exercício de 2009. Dando continuidade ao projeto iniciado no exercício anterior, muitas reformas puderam ser executadas. Entretanto, com o contingenciamento do limite disponibilizado ao Órgão, grande parte do valor da emenda não pode ser utilizado.

Assim, os postos que conferem identidade visual a PRF e são verdadeiras unidades de atendimento ao cidadão, permanecem sucateados, oferecendo péssimas condições de trabalho aos policiais.

### **1D49 - Construção do Ed. Sede do DPRF**

O valor alocado na ação para o exercício de 2009 foi, quase em sua totalidade, objeto de alterações orçamentárias, sendo utilizado como contrapartida às concessões de créditos em outras ações.

A execução do orçamento ficou comprometida pela impossibilidade da realização da obra pela empresa responsável, uma vez que esta entrou em processo de falência.

Para o exercício de 2010 novo certame licitatório foi realizado e serão retomadas as obras de construção da Sede do DPRF.

### **8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação**

### **1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação**

As ações voltadas para a tecnologia da informação (Manutenção e Modernização dos Sistemas de TI, Implantação de Sistemas de TI e Ações de Informática) tiveram bons índices de execução. Voltadas para a renovação do parque tecnológico, comunicação e aquisição de novas tecnologias que auxiliam as atividades administrativas e finalísticas do DPRF, essas ações tiveram de ser suplementadas para suprir as demandas do Órgão.

#### **IV. Execução Física e Financeira das Ações**

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
06	181	0663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	110	110	489
06	303	0663	2C78	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1937	748	0
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	925	11168	8431
06	183	0663	2720	Atividade	4 – Nenhuma	unidade	1	0	1

					prioridade				
06	181	0663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	7.452.416	45.672.799	8.500.000
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	54	51	220
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	8.678	6.988	16.000
06	181	0663	4526	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	15	151	0
06	181	0663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1.118.806	2.740.173	1.235.294
06	452	0663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	40.000	169.171	100.000
06	181	0663	8703	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	857	1.995	0
06	301	0750	2004	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	24.162	23.855	24.420
06	365	0750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.690	0	2.680
06	331	0750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	797	0	800
06	306	0750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	10.405	0	10.110
06	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	15	56	47
06	181	1386	200G	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	14	15	55
06	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	329	42	10
06	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	83	81	83

06	122	1386	1D49	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	46	0,464	37
06	183	1386	1835	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	3	2,935	0

### 1. Análise Crítica da Execução Física das Ações

### g) Indicadores Institucionais

### 3. Recursos Humanos

#### a) Composição do Quadro de Recursos Humanos

<b>Composição do Quadro de Recursos Humanos</b>			
<b>Situação apurada em 31/12/2009</b>			
<b>Regime do Ocupante do Cargo</b>	<b>Lotação Efetiva</b>	<b>Lotação Autorizada</b>	<b>Lotação Ideal</b>
<b>Estatutários</b>	244		
Próprios	244		
Requisitados			
<b>Celetistas</b>	0		
<b>Cargos de livre provimento</b>	0		
Estatutários			
Não Estatutários			
<b>Terceirizados</b>			



<b>Total</b>			
--------------	--	--	--

I. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

<b>QUADRO PRÓPRIO</b>						
<b>TIPOLOGIA</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Vencimentos e vantagens fixas</b>	<b>Retribuições</b>	<b>Gratificações</b>	<b>Adicionais</b>	<b>Indenizações</b>
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	367	24.874.435,62	0,00			0,00
2008	365	24.990.469,57	0,00			0,00
2009	352	28.494.980,87	0,00			0,00
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>						
2007						
2008						
2009						
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>						
2007						
2008						
2009						
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>						

Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007								
2008								
2009								

b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
<b>Observação:</b>									

c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo - 00**
- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais - 00**
- **Perfil Etário**
- **Rotatividade (turnover)**
- **Formação Acadêmica - Fundamental Incompleto – 04**
  - **Fundamental Completo - 04**
  - **Médio - 108**
  - **Superior - 128**
- **Educação Continuada**

- **Satisfação e Motivação**
- **Disciplina**
- **Desempenho funcional**
- **Níveis Salariais**
- **Demandas Trabalhistas**
- **Outros**

d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos

- **Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:**
- **Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:**
- **Desempenho funcional dos servidores e funcionários:**
- **Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:**
- **Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo:**
- **Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos:**
- **Efeitos dos Planos demissionais:**
- **Impactos da terceirização na produtividade da UJ:**
- **Política remuneratória da UJ:**
- **Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ:**
- **Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública:**

5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2008</b>	-	-	-	-
<b>2007</b>	3.761,54	-	1.691,54	2.070,00
<b>2009</b>	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	842.284,54	37.493,26	716.202,26	88.589,06
2007	663.545,07	14.673,80	643.392,27	5.479,00
2009	570.516,76	-	-	-
<b>Observações:</b>				

I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :

- **Os restos a pagar são retratados pelas emissões das Notas de Empenho de 2009 concentradas sobremaneira no mês de dezembro, final do exercício, por estar estritamente vinculada à liberação de orçamento também limitada ao final do ano.**

-

6. Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Texto							
00.394.494/0122-23		DÉCIMA-SÉTIMA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
01	521748	61.600.839/0001-55	R\$ 326.971,08	R\$ 96.558,00	R\$ 229.922,31	R\$ 5.376,19	02/12/2004	01/12/2009	Metas e Objetivos alcançados.

I. Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo:

- Não há situação de tipo 2 – inadimplentes;

11. Deliberações dos Órgãos de Controle

a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

<b>1. Número de relatório</b>	
<b>2. Descrição da Recomendação</b>	
<b>3. Setor responsável pela implementação</b>	
<b>4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)</b>	

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí					002823
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

**12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.**

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC Quantidade</b>
Admissão	0	0
Desligamento	10	0
Aposentadoria	2	0
Pensão	2	0

**OBS: 1) *Esta Regional não possui controle dos atos registrados no sistema SISAC;***

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

### 13. DECLARAÇÃO

**Declaro, para fins do disposto no art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**



14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

#### **14.1. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

**Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não há previdência complementar patrocinada nesta Unidade Jurisdicionada.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

## **14.2. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL**

**Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não há instituições beneficiadas por renúncia fiscal.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

### **14.3. OPERAÇÕES DE FUNDOS**

**Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não foi executada operações de fundos nesta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2009.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

#### **14.4. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

**Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que não há tomadas de contas especiais executadas por esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2009.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

#### **14.5. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES**

**Declaro, para fins do disposto na Portaria CGU nº nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que inexistem perdas, extravios ou outras irregularidades constantes na Unidade Jurisdicionada no exercício de 2009.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

#### **14.6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO**

**Declaro que inexistem despesas com cartão corporativo efetivados por esta Unidade Jurisdicionada.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

**14.7. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE**

**Declaro que não houve recomendações de órgãos de controle externo, Tribunal de Contas da União, e interno.**

**Teresina/PI, 31 de março de 2010.**

**Bernardo José Carvalho Val  
Superintendente Regional  
17ª SRPRF/PI**

**14.8. DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS NO EXERCÍCIO DE 2009**

Declaro que inexistem projetos ou programas financiados com recursos externos ocorridos no exercício de 2009 nem acumulados até o período em exame.

Teresina/PI, 31 de março de 2010.

**Bernardo José Carvalho Val**  
**Superintendente Regional**  
**17ª SRPRF/PI**



#### 14.9. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2009

No exercício de 2009, esta Unidade efetuou transferências de recursos à instituição Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, através de convênio firmado com esta Superintendência, conforme quadro abaixo:

<b>TIPO</b>	CONVÊNIO
<b>CÓDIGO SIAFI</b>	521748
<b>TERMO INICIAL/ADITIVOS</b>	CONVÊNIO Nº 02/2004 – 5º TERMO ADITIVO (02/12/2008 a 01/12/2009); 4º TERMO ADITIVO, cujo objeto trata da alteração das cláusulas 1ª, 2ª e 3ª do Termo Aditivo nº 03/2007 em razão da publicação da Portaria MPOG nº 467/2007 de 31/12/2007 que alterou a redação da MPOG nº 313/2007; 3º TERMO ADITIVO (02/12/2007 a 01/12/2008); 2º TERMO ADITIVO (02/12/2006 A 01/12/2007); <b>CONVÊNIO Nº 06/2009 - Vigência 02/12/2009 a 01/12/2010.</b>
<b>OBJETO</b>	COOPERAÇÃO ENTRE PARTÍCIPES VISANDO A ACEITAÇÃO DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR COMO ESTAGIÁRIOS
<b>DATA PUBLICAÇÃO</b>	TERMO INICIAL – 10 DE DEZEMBRO DE 2004(Convênio 02/2004) TERMO INICIAL – 11 DE DEZEMBRO DE 2009(Convênio 06/2009)
<b>VALOR TOTAL PACTUADO</b>	Convênio 02/2004 - R\$ 132.706,08 (cento e trinta e dois mil setecentos e seis reais e oito centavos), valor mensal de R\$ 11.058,84, dos quais R\$ 6.573,00 relativos a bolsa de estágio, R\$ 525,84 para ressarcimento de despesas e R\$ 3.960,00 de auxílio-transporte. Convênio 06/2009 – R\$ 131.917,32(cento e trinta e um mil novecentos e dezessete reais e trinta e dois centavos), valor mensal de R\$ 10.993,11, dos quais R\$ 6.573,00 relativos a bolsa de estágio, R\$ 460,11 para ressarcimento de despesas e R\$ 3.960,00 de auxílio-transporte.
<b>CONTRAPARTIDA</b>	NÃO HÁ
<b>BENEFICIÁRIO</b>	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE CNPJ Nº 61.600.839/0001-55
<b>SITUAÇÃO</b>	METAS E OBJETIVOS ALCANÇADOS

Teresina/PI, 31 de março de 2010.

**Bernardo José Carvalho Val**  
Superintendente Regional/17ª SRPRF/PI

#### 14.10. TABELA DO CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES

##### PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL – 1836 CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS

REGIONAL	NOME DOS POSTOS	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE					POSTOS ADEQUADOS QUANTO AO TI		
		Espaço Físico	Aspecto Externo	Instalações	Infraestrutura	SOMA/4	Equipamento de Informática	Rede DPRF/Internet	Sistema de Rádio
PI	Piripiri/PI BR 343 Km 192	1	0	0	0	0,25	0	1	1
PI	Alto Alegre/PI BR 222 Km 010	1	1	1	1	1,00	0	0	0
PI	Florianópolis/PI BR 343 Km 192	1	1	0	1	0,75	0	1	1
PI	Picos/PI BR 316 Km 295	1	1	0	1	0,75	0	0	0
PI	Valença/PI BR 316 Km 207	1	1	0	1	0,75	0	0	0
PI	Alegrete/PI BR 316 Km 380	1	1	0	1	0,75	0	0	0

PI	Parnaíba/PI BR 343 Km 36	1	0	1	1	0,75	1	0	0
		<b>100%</b>	<b>71%</b>	<b>29%</b>	<b>86%</b>	<b>71%</b>	<b>14%</b>	<b>29%</b>	<b>29%</b>

REGIONAL	NOME DOS POSTOS	POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS				
		SOMA/3	Quantidade Suficiente	Idade Adequada?	SOMA/2	
PI	Piripiri/PI BR 343 Km 192	0,67	1	0	0,50	47%
PI	Alto Alegre/PI BR 222 Km 010	0,00	1	1	1,00	67%
PI	Floriano/PI BR 343 Km 192	0,67	1	1	1,00	81%
PI	Picos/PI BR 316 Km 295	0,00	1	1	1,00	58%
PI	Valença/PI BR 316 Km 207	0,00	1	1	1,00	58%
PI	Alegrete/PI BR 316 Km 380	0,00	1	1	1,00	58%
PI	Parnaíba/PI BR 343 Km 36	0,33	1	1	1,00	69%
		<b>24%</b>	<b>100%</b>	<b>86%</b>	<b>93%</b>	<b>63%</b>

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Quantidade Média de Policiais na Escala em 2008	Quantidade Média de Viaturas em Funcionamento	O posto recebeu alguma manutenção/reforma nos últimos 04 anos? Sim/Não	O pátio para guarda de veículos é cercado?
3	3	NÃO	NÃO
2	1	SIM	NÃO
4	4	SIM	NÃO
3	3	SIM	NÃO
2	1	SIM	NÃO
2	1	SIM	NÃO
2	2	SIM	NÃO

## **DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

**PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**







